

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR LINHAS DE CRÉDITO
PARA PESCADORES ARTESANAIS E PISCICULTORES, REALIZADA NO DIA 11 DE
OUTUBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

ATA Nº 057

PRESIDENTE - DEPUTADA VERINHA ARAÚJO

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Boa-tarde! Nós vamos iniciar nossa Audiência Pública.

Primeiro, nós vamos compor a Mesa. Depois, nós vamos falar o objetivo da nossa Audiência Pública.

Eu queria agradecer a presença dos funcionários da Assembléia Legislativa que estão aqui.

Eu quero agradecer a todos e todas que nos acompanham, as autoridades.

Gostaria de convidar para compor a Mesa o Sr. Valter Santana, Superintendente da SEAP, em Mato Grosso, que coordena a SEAP, que é a Secretaria Especial de Agricultura e Pesca.

Gostaria, neste momento, de convidar para compor a Mesa o Sr. Sami Pinheiro, que representa a Secretaria de Agricultura e Pesca do Estado do Acre; o Sr. Carlos Alberto Vilela, representando o Gerente de Mercado de Agronegócios do Banco do Brasil; o Sr. Márcio Ely Gaio, engenheiro agrônomo da EMPAER, neste ato representando o Diretor da EMPAER, Sr. Aréssio Paquer; o Sr. Paulo Henrique de Almeida, Gerente Regional do BASA; o Sr. Adair Moraes, Presidente da Associação de Agricultura e Pesca de Mato Grosso; o Sr. Dimas Gomes Neto, representando o Secretário de Desenvolvimento Rural, Sr. Clóvis Vettorato; e o Sr. Lindemberg Gomes, Presidente da Federação das Colônias de Pescadores do Estado de Mato Grosso.

Eu gostaria aqui, antes de falar do objetivo da nossa Audiência Pública, de agradecer a presença de Mossolino Pereira da Silva, pescador; Divo Rosa, pescador de Várzea Grande; Belmiro Lopes, Vice-Presidente da Colônia Z-14; e Nicássio José da Silva, Presidente da Colônia Z-14 de Várzea Grande; Xisto Rodrigues, Presidente da Colônia Z-1 de Cuiabá; Domingos Antônio de Oliveira, Presidente da Colônia Z-5 de Barão de Melgaço; Elaine Maria, da EMPAER, central; João Bosco, Assessor Técnico da SEDER; Júlio Gonçalves, da Colônia Z-9 de Barra do Garças; Hudson da Silva, EMPAER de Barão de Melgaço; Pedro Gabriel da Silva, pescador da Bacia do Paraguai/Barra do Bugres; Laurentino Alves da Rosa, pescador do Limoeiro; Eduardo Dias Alvarenga, pescador de Barão de Melgaço; Januário do Nascimento, pescador; Orivaldo Mariano, pescador; Wanderlei Bueno Pereira, pescador; Edmara de Arruda e Silva, pescadora; Benedito Silva Monteiro, pescador; Ricardo Alberto Schmit, da Prefeitura de Cuiabá - gostaria de convidar o Ricardo para compor a Mesa conosco -; José Viana, pescador de Barra do Bugres; Joaquim Cunha, pescador do Porto; Admilson Soares de Campos, Secretário da Colônia Z-14 de Várzea Grande; e Adriano de Oliveira Rodrigues, pescador.

Eu quero agradecer a presença de todos e de todas. Muitos aqui já me conhecem, eu sou a professora Verinha, fui Vereadora e, atualmente, sou Deputada Estadual.

No primeiro ano, logo que iniciou a gestão do Presidente da República, o Lula, foi criada a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca na Presidência da República. Eu articulei a

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR LINHAS DE CRÉDITO
PARA PESCADORES ARTESANAIS E PISCICULTORES, REALIZADA NO DIA 11 DE
OUTUBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

vinda, aqui em Cuiabá, do atual Ministro que assumiu a Secretaria, porque gostaria que ele já disponibilizasse para nós todo trabalho, a situação dessa Secretaria que seria feita em nível de Brasil.

Ele aqui esteve, respondeu o nosso convite, e nós fizemos, inclusive, naquele dia uma reunião - o Lindemberg está aqui e esteve conosco - lá na Associação Mato-grossense dos Municípios, e depois, no outro dia, nós fomos a Barão de Melgaço, onde fizemos uma visita *in loco*. Ele, inclusive, conheceu lá onde tem o trabalho dos pescadores, a colônia, a câmara frigorífica que foi feita e não funciona, etc. Depois, nós fomos a Canarana numa feira. Lá, ele se reuniu com o pessoal da aquicultura, tivemos uma conversa lá.

O Ministro já esteve aqui uma outra vez durante o Encontro Nacional ligado à questão ambiental, o SEBRAE que organizou, e agora, recentemente, há uns trinta dias, novamente.

Nas vezes que participei de alguns eventos, eu sempre tenho levantado, porque sei que tem recursos, tem essa disponibilidade do crédito para os nossos pescadores artesanais da aquicultura.

Então, é uma cobrança que nós temos feito, tanto para o Valter, que assumiu aqui a Secretaria, como para aqueles interlocutores nacionais, sobre esse trabalho para os nossos pescadores, tanto os artesanais como os da aquicultura.

Eu sei que já foram realizados vários seminários no interior do Estado, em várias cidades. Nesta última vinda do Ministro, eu coloquei novamente, inclusive aqui neste plenário, para quem estava aqui naquele dia, e aí nós tivemos uma reunião na colônia Z-14 de Várzea Grande, e o Ministro então sugeriu que eu convidasse o Sami, que está aqui a minha direita, que é hoje quem coordena a Secretaria de Pesca no Acre, para trazer a experiência deles lá, o que eles fizeram, o trabalho que fizeram, como estão conseguindo captar recursos para os pescadores lá.

Eu aí eu falei que ia fazer esta audiência, combinei o dia, inclusive várias colônias estavam durante a reunião, marcamos esta audiência, divulgamos, pedimos a participação. Eu acho que mesmo que não tenhamos o número que tínhamos naquele dia, temos várias colônias aqui hoje. Temos praticamente todo o pessoal da área técnica. É importante termos parceiros nessa construção. A minha idéia aqui hoje é sair daqui já com o que vamos fazer, porque eu sei inclusive que muitos pescadores nem participam porque já desanimaram e nós queremos a coisa na prática.

A nossa intenção hoje neste debate é ouvir a experiência que foi feita. Depois, vamos ouvir os órgãos, o que eles estão fazendo, como podemos melhorar para chegarmos até o pescador artesanal da aquicultura, para fomentarmos esse setor que tem demanda no Estado - tem demanda. Quem mora aqui há muitos anos, que é mais velho que eu, que antes de eu nascer já era pescador, não é possível que só Mato Grosso, tendo o potencial que tem, é o Estado com maior potência na área de água doce do País, um dos Estados com maior potencial de água doce do País estejamos ainda atrasados nesse setor.

Então, o objetivo é esse, é trabalhar, sair daqui hoje já com projeto, se é projeto, o que é o projeto, ou o que é. Vamos dar conta de resolver isso, porque no ano passado, já falei, depois os nossos companheiros dos órgãos financeiros, nós devolvemos dinheiro, porque não teve projeto.

Alguma coisa está errada! Devolver dinheiro numa crise em que está faltando dinheiro, alguma coisa está errada. Então, vamos ver qual é o problema e vamos trabalhar para isso. Está certo? Esse é o objetivo.

Então, eu gostaria aqui de iniciar começando pelo Sami. O que vocês da mesa acham? Pode ser? Vamos ouvir a experiência dele e depois vamos passar a palavra para cada órgão da mesa se colocar.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR LINHAS DE CRÉDITO
PARA PESCADORES ARTESANAIS E PISCICULTORES, REALIZADA NO DIA 11 DE
OUTUBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

Eu gostaria que depois do debate as colônias, os nossos pescadores falassem e dissessem quais são os empecilhos, as dificuldades que vocês têm no dia-a-dia para termos isso presente hoje.

Com a palavra, o Sr. Sami Pinheiro.

O SR. SAMI PINHEIRO - Boa-tarde, comunidade pesqueira de Mato Grosso; autoridades locais; representantes de instituições financeiras, do Governo do Estado, do Município, que é importante estar aqui.

Eu fiquei triste porque sei que a comunidade de pesca não é só esse pessoal que está aqui hoje. É bem maior.

Hoje, pessoal, a comunidade de pesca era para estar aqui em massa. Esta Audiência Pública está acontecendo em função de vocês. Hoje ninguém veio discutir sobre o pequeno agricultor, o fazendeiro, o madeireiro, mas sobre a comunidade de pesca. Eu fico triste por estarem poucas pessoas da comunidade aqui. Seria importante que este auditório estivesse lotado. Cada um com uma reivindicação. No Acre, nós costumamos fazer assim: o público alvo é o principal público da reunião.

Então, eu vou colocar uma experiência que tenho no Estado do Acre, que foi uma experiência positiva para o País. Eu não vou dizer que pode acontecer em Mato Grosso, mas, dependendo das autoridades locais, da vontade, acontece.

Não tem nenhuma diferença. Pelo que eu percebi, as instituições financeiras de Mato Grosso são as mesmas do Acre: Banco da Amazônia e Banco do Brasil. Hoje existe uma parceria com essas instituições do Acre exemplar.

Eu penso que o Banco do Brasil é do Brasil, não é um banco do Acre, não é um banco do Mato Grosso. Então, não tem diferença. E a pesca, hoje, deu o pontapé inicial. Tanto que o Banco do Brasil fez um *folder* específico para a pesca. Está aqui: “BB Aquicultura e Pesca”. Isso é importante pessoal. Não tem como chegar no gerente e ele dizer que não tem recurso para a pesca dentro do seu banco. Os recursos do PRONAF, independente de agência, são ilimitados. Podem colocar demanda que tem que acontecer. Mas têm alguns gargalos para que não aconteça esse recurso em Mato Grosso. Mas aqui não falta.

Para hoje, a Deputada convidou as instituições. Espero que estejam todas aqui. Eu vou mostrar, primeiro, como começamos a caminhar, passo a passo, no Acre. Não adianta chegar aqui e ver somente os pontos positivos e não ver os passos e os gargalos.

Quando nós começamos no Acre era bem parecido como é aqui. Eu ouvi Presidente da Federação falando uma língua, o Presidente da Colônia falando outra língua e o pescador falando outra língua. Eu acho que a pesca em si tem que falar um linguajar só. Tem que fazer seminário, debate, ver o que é melhor para cada região, qual é o tipo de problema e trazer para as autoridades e cobrar ações positivas, pessoal.

Vocês não podem admitir que num Estado deste tamanho aconteça uma reunião para marcar a outra. Já está chamando que há incompetência, vocês estão passando a demanda e a demanda está sem acontecer.

Então, no Acre, quando assumi a Secretaria - é bem diferente, é nossa experiência no Acre, não tem nada a ver com o Estado de Mato Grosso - eu procurei toda categoria governamental ou não governamental que falasse de pesca no Estado. Lá eu encontrei quem falava de pesca: Tinha uma Secretaria de produção do Governo que, dentro dela, tinha um departamento de pesca, tinha um senhor lá, oficializamos a ele, pedimos para vir na reunião... Porque o SEBRAE do Estado - e aqui também eu estive com o Doutor na região... Um dos gargalos aqui é a comercialização. O papel do SEBRAE é a comercialização desse produto. O SEBRAE é criado para

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR LINHAS DE CRÉDITO
PARA PESCADORES ARTESANAIS E PISCICULTORES, REALIZADA NO DIA 11 DE
OUTUBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

reduzir marcas e gargalos entre a comercialização de qualquer produto, principalmente na agricultura familiar.

E outro, também são as instituições financeiras e o Governo do Estado com assistência técnica, porque a única pessoa que pode dar um parecer favorável para o pescador ter um financiamento é o técnico. Ele acompanha e dá o seu parecer conforme o conhecimento que tem. O técnico foi formado nessa intenção de desenvolver esse tipo de gargalo.

Outra coisa, também, que tem no Estado... Pessoal, agente do Estado, o Governo do Estado, a Secretaria de Estado, não toma nenhuma posição nos rios do Acre, Estado do Acre, com a mesma união, sem a participação da comunidade pesqueira.

Você não pode chegar e tomar uma decisão em nível maior, onde você consiga prejudicar uma categoria. Aqui, no Estado de Mato Grosso, está na média de seis mil pescadores artesanais, a aquicultura não tem dados dela, mas eu acho também que é bastante ampla.

No passado, um técnico de Mato Grosso, que está no Banco do Brasil, falou que - eu confirmei aqui com o Secretário - Mato Grosso produziu bastante peixe de aquicultura. Só que produziram tanto e não se preocuparam com a comercialização desse pescado. Teve alguns entraves aí, que produziram demais, o peixe estava no mercado de um jeito desorganizado que chegou a ter a queda de preço porque o produtor tinha que pescar senão ia entrar no prejuízo. O que é isso aí? Esse é falta de um afinamento entre as instituições, instituição financeira, SEAPs, Governo do Estado, Governo Municipal e SEBRAE.

Lá no Acre nós pensamos em todas as cadeias antes de começar a executar os créditos e foi por aí.

Uma das coisas no Acre que foi bem positiva foi quando começamos a identificar o público alvo, qual era a sua afinidade e o que ele queria. Na pesca artesanal não é diferente. Aqui tem certas particularidades, aqui não usa malhadeira, a pesca aqui é de linhada, no caso do norte é um tipo de espera, na ponta do galho e no Acre é liberada a malha acima de sete milímetros. Abaixo de sete milímetros não é usado. Por quê?

Pessoal, ficou provado cientificamente por um engenheiro de pesca, pesquisador, que fez uma equipe muito forte e saiu em nossos rios, principalmente na época da piracema, para descobrir o ciclo de reprodução dos animais, qual o período de reprodução e qual a idade do animal para ele se reproduzir. Aí se criou uma lei para definir qual o tamanho desse peixe de reprodução.

Não adianta fazer uma proibição de rede, se você tem um estudo técnico. Todo animal que chega a se reproduzir, para a gente ir lá, em nível nacional virar lei, pode ser pescado pelo pescador, porque já se produziu. Se a pessoa tiver uma idéia de qual a capacidade de reprodução, no caso lá, na região não tem, tem o tambacu e tem o tambaqui, um animal desse chega a reproduzir 25 mil alevinos, 25 mil alevinos um peixe. Imagine se tiver uma piracema desse peixe subindo o rio e ele desovar num lago. Se você passar um ano sem pescar e quando começar a pescar só naquele período de tamanho que ele já tenha desovado, nenhum pescador da região dá conta.

Agora, tem uma coisa, também, que as instituições pedem muito, que é a garantia. “Não tem mais peixe na região de Mato Grosso como tinha antigamente”. No Acre é a mesma coisa. Então, precisa quebrar esse gargalo.

Como é que se pode quebrar? Vamos lá tirar a culpa do pescador. Tudo é o pescador. E não é. Não tem o que comprove cientificamente que o pescador ofende a pesca artesanal no mundo. Nós temos serviço de pesca. Chico Machado, um cientista, um cara muito bem articulado nesse setor, é um cara que entende demais, fez esse levantamento e o pescador jamais chegou a ofender nenhum rio. O que ofende o rio, que ficou comprovado? O assoreamento dos rios, o desmatamento da mata ciliar à beira dos rios. Peixe não pega bronze, pessoal. O pessoal fala assim:

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR LINHAS DE CRÉDITO
PARA PESCADORES ARTESANAIS E PISCICULTORES, REALIZADA NO DIA 11 DE
OUTUBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

“Ah, há vinte anos atrás eu pegava peixe atrás de casa”. Só que era uma mata. O peixe se alimenta de fruta. Hoje, só tem uma praia. O que o peixe vai fazer lá? Peixe não costuma pegar sol. Peixe não pega sol, ele se alimenta. Então, ele ficou distante. Lá tem pescador que pesca por três meses, mas não traz muito peixe. O peixe não está mais próximo porque a cidade chegou. Na proporção que a cidade chegou, ele se afastou. Aí o Banco fala assim: “Como não vai dar garantia?” O PRONAF não pede garantia na pesca extrativista. Como é que o pescador artesanal vai dar garantia se ele ainda vai captura o peixe? É muito difícil.

Então, colocamos isso em pauta e fomos discutindo ponto a ponto, porque estava, que a culpa não era do pescador; o agrotóxico do fazendeiro, que vai para a água, mata o peixe, espanta o peixe. E foi muito bom porque o pescador estava presente e ele trouxe isso. Então, chegou-se ao final de toda essa conversa, porque acontecia e porque as entidades financeiras só financiavam quem tinha. Se você tem uma instituição financeira que tem esse posicionamento de só financiar quem tem... Isso é muito fácil colocar no mercado. Agora, não se pode colocar um *folder* como esse em nível nacional, onde se vê o público alvo, que é o pobre, não ser alcançado.

É aqui que eu chamo a visão das autoridades. Como é que uma financeira lança um programa desse e quando você chega no banco o gerente não deixa você passar da porta porque é pobre? É muito complicado. Lá nós tivemos divergências do gerente correr atrás do pescador. Mas são gargalos. E nós temos que quebrar para termos a vitória. Se não chegarem a fazer isso, vocês vão ouvir várias reuniões aqui com o mesmo tom e só tem impedimento. Porque para o pobre tudo vale. É bem diferente.

Então, pessoal, a Deputada nos fez esse pedido para virmos aqui, mas eu acho que não estão todas as instituições financeiras aqui. Eu não as conheço. Vou pedir que se apresentem para que eu conhecer e começar um diálogo quanto à questão de como se desatar esse gargalo aqui.

Quem é da instituição financeira Banco do Brasil que está aqui? Gerente? Superintendente? É da Superintendência. Do Banco da Amazônia é o companheiro aqui, que já se apresentou. A Assistência Técnica do Governo do Estado e a Federação dos Pescadores também estão aqui. Do SEBRAE, tem alguém aqui?

É, pessoal, bem por aí, para começar. Eu acho que alguém da representação da Secretaria na área de pesca, eu acho que é o Dimas, que está aqui, que representa isso aí, eu estive conversando com ele.

Então, pessoal, aqui está todo pessoal do trâmite legal. E esse povo, aqui, se tiver uma concepção social, e eu acho também que é a função de cada um que está aqui levar esse crédito ao produtor e ao pequeno, que nós fazamos uma ação entre as instituições, que estão aqui, financeiras, Governo do Estado, Governo Municipal, a Deputada Verinha Araújo, para que possamos encontrar uma maneira desse povo sair daqui com uma ação positiva, de chegar amanhã no Banco da Amazônia, no Banco do Brasil e ser recebido como o legítimo produtor contemplado nesses *folders* e de *banner* que existe. No Banco do Amazonas, nós temos *banner* e *folder*, eu não trouxe aqui, mas na sala do companheiro Valter tem lá pregado o PROAQUA e o PESCARTE.

E no Acre, pessoal, nós começamos a ser executados. Na pesca artesanal, nós vamos chegando agora já a dois milhões de reais. O que nós estamos comprando lá? Nós estamos comprando lá apetrechos, que é o material de pesca, motores e embarcações - isso na área de investimentos. Na aquíicultura está sendo financiado os tanques, a ração e os apetrechos, também, que precisa na aquíicultura para você manejar esse peixe, dar uma resposta, isso também. E o custeio, porque muito dele, aqui no Estado, eu sei que tem muitos agricultores que tem os açudes, tem barragens, tem tanques, e esse povo não precisa de muita coisa não, eles precisam só do custeio.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR LINHAS DE CRÉDITO
PARA PESCADORES ARTESANAIS E PISCICULTORES, REALIZADA NO DIA 11 DE
OUTUBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

E isso, pessoal, dentro do Banco do Brasil, do Acre, não tem dificuldade. Ele é um projeto no Estado simples, muito simples, pequenininho, a instituição técnica é bem apta nessa parte. O Governo do Estado, eu tenho certeza, que tem dados e sabe quem é o produtor que tem isso. E um dos gargalos era esse custeio: Como investir ração nesse peixe para que ele possa dar resultado?

E hoje, no Estado, nós temos um peixe na aquicultura que se chama peixe manejado, e nós estamos tirando até peixe da região de vocês aqui, que é um ouro para nós, o piaçu, não sei se é chamado piaçu, o tambaqui e curimatã. Esses três peixes no Acre lá resolveram 80% da fome daquele pessoal mais necessitado do Estado.

Nós temos lá agricultores com uma chácara de 5 hectares, produzindo uma base de 100 toneladas/ano, com 05 hectares esse peixe manejado, peixe de 9 meses. É um peixe que a assistência técnica desenvolveu um trabalho junto com o professor Cúbiça, que é PhD nessa área, um dos melhores do mundo e do Brasil, que nós levamos para o Acre para capacitar os nossos técnicos, porque muitas vezes um Engenheiro Agrônomo... Essa matéria de piscicultura é optativa. Ele não tem. Então, tem esse gargalo. Ele chega e fala um conhecimento que justificadamente, cientificamente é errado. Nós tínhamos técnicos lá que falavam: “Deixa esse tanque cheio de madeira, cheio de capim, que é para o peixe se alimentar também”.

E não existe, pessoal. É completamente errado. Na proporção que esse açude tem mato na aquicultura e tem esse pau, eles ajudam a consumir a oxigenação do peixe. O peixe no Acre é criado por metro quadrado. Nós criamos um peixe por metro quadrado, já na despesca, um peixe de 1.700kg a dois quilos e pouco. Os cabeceiras chegam até a três quilos, peixes oportunistas que sempre tem no rebanho. Esse manejo é feito de três em três meses, esse peixe é pesado e medido para ver se está correspondendo com a alimentação colocada do tanque.

Outro cuidado puxado é na área da comercialização e da qualidade desse peixe. No Estado nós não admitimos pessoas que alimentam peixe com subproduto, no caso tripa de boi, resto de carcaças de outros animais, porque esse peixe vai para o consumo humano. Tem gente que para pegar mais valor ainda, que tem um frigorífico, um abatedor de franco e tudo o que ele tem ele joga para esse peixe se alimentar. Devido a esse peixe estar confinado num espaço pequeno, ele come o joga lá dentro. Só que esse peixe, quando você cozinha, vai ter o cheiro e o gosto do que você o alimentou e a ração é o único produto que tem toda a cadeia produtiva do peixe como manda o figurino. E esse peixe é peixe de qualidade. Não sai um peixe gordo. Quando vocês pegam um peixe que tem muita gordura concentrada na parte do abdome, ele não é manejado. Esse peixe engorda proporcionalmente de forma não viável ao consumo. Quando você faz no forno, ele se transforma só em banha, porque faltou algum tipo de nutriente. E tem aquele peixe com gosto de barro. Não sei se alguém já comeu esse peixe com gosto de barro. Isso acontece porque o criador não alimenta o peixe com todas as proteínas que o peixe precisa. Aí o peixe desce para o tanque e começa a se alimentar de caramujos, de algas, que não são viáveis para a alimentação do peixe, tanto que esse peixe não consegue nem se encaixar no mercado. Quem o coloca sabe que ele vai ter uma rejeição e no próximo ano ele vai ter esse embate. Então, lá nós temos muito cuidado nessa hora para que o produtor não coloque esse tipo de subproduto e não queira alimentar esse peixe como não manda o projeto.

E as instituições financeiras são tão nossas parceiras lá, tão parceiras, que o Superintendente do Banco do Brasil faz questão de andar por todo Estado, município por município, para levar o crédito. Lá nós temos o DRS - Desenvolvimento Regional Sustentável pelo Banco do Brasil. O Superintendente tem o orgulho de chegar a implantá-lo em uma região.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR LINHAS DE CRÉDITO
PARA PESCADORES ARTESANAIS E PISCICULTORES, REALIZADA NO DIA 11 DE
OUTUBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

Eu estou chegando de viagem do Amazonas, uma região onde o Banco do Brasil do Acre assumiu essa jurisdição, que não é minha. É de outro companheiro nosso do Amazonas. E ele me chamou para ir e levar para lá as experiências do Acre. E o que foi que houve? A comunidade toda se organizou. Nós conseguimos na faixa de três mil pescadores e aquícultores e nós tiramos uma demanda. Eu fiz contato com Brasília. E Brasília vai me passar autonomia para que eu entre nos Estados que são nossos vizinhos. E o Banco do Brasil, como já é jurisdição dele... Nós fizemos uma reunião agora, sexta-feira e sábado, em Boca do Acre e vamos voltar dia 05, já sendo executadas assinaturas de convênios com os produtores daquela região. Tanto na pesca artesanal, como na aquícultura. Nós queremos levar no mínimo cem mil reais, no primeiro momento uma assinatura simbólica para que haja mais demanda para conseguirmos fazer uma execução bem maior. Para mim, quando não se consegue executar nenhum é daí para trás. E quando na proporção que você consegue executar vinte é um pontapé para chegar a executar mil, um milhão, independente da demanda.

A linha PRONAF, toda instituição do Banco do Brasil, independente de agência de qualquer região, tem um valor não estipulado, depende da demanda.

O Governo Federal está aí na televisão, aumentou mais o financiamento para o pobre, para o mais necessitado, e as instituições têm por obrigação executar em comunhão com o Governo do Estado, com os prefeitos locais, que são as autoridades locais.

Na minha visão sobre a pesca, todo esse povo tem que falar um linguajar só. O Governo do Estado não puxa farinha para o saco dele, o Governo Federal não puxa para o dele, o Prefeito não puxa, o pescador não puxa e nem os técnicos, nem do IBAMA, nem de nenhuma instituição, para tentar compartilhar o social com todos.

Eu vejo a pesca aqui como um público alvo, principalmente da minha Secretaria, como principal fundamento. E nós vamos ouvir as instituições para ver a diferença Acre/Mato Grosso, para tentarmos comparar e tirar aqui, junto de vocês - espero que vocês não saiam, acompanhem, puxem a realidade das suas comunidades e, se possível, conte até as vezes que foram na instituição... Eu acho que o gargalo, vocês estão caminhando para um lado, estão tentando antecipar, porque a instituição financeira é, praticamente, a última instituição que recebe esse material.

Primeiro, deve procurar a instituição técnica, que vai elaborar esse projeto, que vai dar um parecer favorável e tentar encaixar nessa linha de crédito.

PRONAF é uma linha encaixada em todo país, e a piscicultura também. Essas duas áreas, da aquícultura e da pesca, estão contempladas. Eu acho que é a vez de vocês. Se não conseguirem agora, não vão conseguir jamais.

Nós estamos no final de mandato de Governo Estadual, que já era para estar bem avançado isso aqui, segundo eu conversei com o Secretário, falta um certo conhecimento, pelo que eu vi, do pescador. O pescador tem que procurar estar mais afinado com esse pessoal. Mato Grosso, eu acho que é uma vantagem em referência a outros Estados, tem uma linha de crédito quase específica, que é o FCO, que em outras regiões não existe. O FCO é só mais um parceiro. Vocês têm dinheiro do FCO e tem do PRONAF. Agora, o que está havendo aqui? Eu espero hoje aqui tirarmos uma pauta, discutirmos uma ação conjunta de todas as instituições para que se chegue pelo menos na metade do que aconteceu no Acre.

Temos gargalos ambientais. Lá no Acre também não é diferente. Temos a lei de cada Estado, que também tem que ser respeitada, mas também não é diferente dos outros Estados. O que está faltando? Eu acho que está faltando entendimento, nem má vontade. Eu tenho certeza de que aqui não existe isso, porque toda pessoa, quando ela assume uma pasta, ela tem a maior vontade

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR LINHAS DE CRÉDITO
PARA PESCADORES ARTESANAIS E PISCICULTORES, REALIZADA NO DIA 11 DE
OUTUBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

de desenvolver um trabalho para ser vista como bom administrador, nenhuma pessoa, nenhum ser humano, jamais vai assumir uma pasta com o intuito de emperrar a vida de A ou de B.

E eu tenho certeza de que nós, como Secretário de Estado ou de Município, nem chegamos a memorizar o público que temos, mas por sermos só um o público nos memoriza. Então, memorizamos mais as pessoas que nos procuram.

Eu acho, pelo que estive conversando nas colônias, que tem muito isso, o público não está procurando as pessoas certas.

Eu acho que quando procurar, se for o caso também e eu estiver equivocado, quem já procurou, é outra coisa, vai discutir aqui também, mas eu espero que aqui...

Eu vou dar o passo a passo de como a aquíicultura está, o que as instituições financeiras pedem para fazermos, para que sejam executados os projetos no Acre.

Primeiro, chama-se uma seleção de produtores. Você tem que pegar gente que tenha vontade de criar peixe. Não adianta a pessoa pegar carona, se não tiver vontade e nem afinidade. Isso é muito preocupante. Você chama lá o presidente da colônia ou da associação e vê o povo que tem afinidade para criar peixe, que tem vontade.

Segundo, qual a afinidade da terra dele, se a terra é apta para a piscicultura, ou não. Não adianta também fazer um financiamento para uma pessoa que é dona de uma terra que não é apta. Ela vai ter prejuízo. Eu acho que o Governo não tem essa visão.

Se algum técnico, como nós, ou Secretário, se ele leva esse crédito ao produtor, ele quer que o produtor melhore de vida e não que atrapalhe a vida do produtor. Essa é a visão. E quando você tira que a terra é apta, que esse produtor tem afinidade para a criação de peixe, aí nós passamos para a parte de capacitação do produtor. Não tem como, nenhum Estado do País tem técnico suficiente para dar respaldo nessas áreas no Acre. Então, nós capacitamos o produtor. O produtor passa a ser um médio técnico com conhecimento razoável. Eu tenho certeza de que o dia que o técnico não estiver lá, que a instituição não tiver condições de mandar, o produtor saberá resolver alguns pequenos problemas que acontecer. Quando nós capacitamos o produtor, aí que vem a instituição técnica para elaboração dos projetos. Vai elaborar projeto conforme o parecer técnico e realidade de cada um. Isso é o que é feito no Acre.

No final, nós encaminhamos para a instituição financeira. E ela já vem acompanhando os técnicos também, que dentro das instituições bancárias tem um representante de pesca e de DRS. Isso em várias áreas. Depende da afinidade. No Acre, tem DRS de peixe, de mandioca, de sementes, de pequenos animais. Porque, se você chegar em uma produção e a pessoa tiver mais afinidade de criar galinha do que peixe, você não pode incentivar a criação de peixe. Tem que incentivar a criação de galinha. Então, lá é bem dividido. Nós procuramos conhecer o público e qual a sua finalidade para que a sua vida não piore, mas que a vida do produtor melhore.

Nós temos três projetos piloto que são, praticamente, exemplo no Brasil, do Banco do Brasil, essa DRS. Nos Municípios de Rio Branco e de Bujari nós tínhamos produtor que não tinha nada. Hoje ele melhorou. Ele tem uma casa de alvenaria; tem vários tanques na sua terrinha de cinco hectares; ele tem um carro e tem filho em faculdade. Para nós, no Acre, a melhora é isso. A melhora não é somente a subsistência, só o cara comer todos os dias. No Acre tem um ditado. No Acre, quem passa fome é só quem tem preguiça de mastigar, porque tem comida à vontade. Em Mato Grosso não é diferente. Aqui é o Amazonas.

Então, nós passamos por esses gargalos todos. Mas esses gargalos só acontecem se as instituições governamentais que estão aqui conseguirem falar um linguajar só. Se cada um começar a puxar para a sua panela, não funciona. Essa é a diferença do Acre. Lá nós todos falamos

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR LINHAS DE CRÉDITO
PARA PESCADORES ARTESANAIS E PISCICULTORES, REALIZADA NO DIA 11 DE
OUTUBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

um linguajar só. Quem mexe com pesca é para mexer com pesca. Quem mexe com gado, mexe com gado. É tentar dividir as categorias.

É isso que eu quero colocar. Se alguém tiver algum tipo de dúvida, eu vou estar aqui para responder e colocar a visão do Acre. Não é a visão de Mato Grosso. É a visão positiva do Acre, do que deu certo lá e qual o tipo de gargalo.

Tem algumas coisas que eu esqueci, mas no decorrer da reunião vão surgindo, vamos lembrando e nós podemos discutir isso. Obrigado por estar aqui com vocês. Qualquer tipo de dúvida pode me perguntar, eu vou responder conforme a nossa realidade do Acre. Obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Agora vamos ouvir as instituições, e como temos um teto, até às 17:00 horas, e tem Sessão também, nós teremos que ser bem objetivos. Eu vou pedir às instituições que usem cinco minutos cada uma, temos várias na mesa, seria cada uma cinco minutos, no mínimo trinta para poder passar para as colônias de pescadores.

Então, eu vou pedir para serem bem objetivos, porque vamos contar o tempo. Vamos começar pelo Dimas, que aqui representa o Secretario de Desenvolvimento Rural, Sr. Clóves Vettorato.

O SR. DIMAS GOMES NETO - Eu gostaria de cumprimentar a Deputada Verinha em nome da Mesa.

Gostaria de dizer para os senhores que o Governo do Estado de Mato Grosso tem o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Pesca, PESCART, que é um Programa não criado pelo Governo de Mato Grosso, mas sim por um Programa que é do FCO, em nível de Ministério de Integração.

Esse Programa está parado na gaveta. Isso significa o quê, para mim? Não houve nenhuma demanda. Exatamente o que ele acabou de comentar: Será que os nossos pescadores têm conhecimento desse Programa de Apoio ao Pescador para investimento em todas as áreas, em todos os segmentos?

Então, eu sugiro aos senhores que me procurem na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural, vou dar todo apoio no sentido de mostrar como é que funciona esse programa para que vocês tomem conhecimento e verifiquem também se existe algum gargalo, alguma burocracia nesse programa. É um Programa que está à frente do PRONAF. É aquele que já tem a sua propriedade instalada, a situação regularizada de sua propriedade rural, ele está à frente do PRONAF, mas vai chegar esse momento que vocês vão precisar desse recurso também.

Só para vocês terem uma idéia, nesse exercício, nós temos aí um orçamento de Mato Grosso de quase quinhentos milhões, 51% desse montante tem que ser repassado para o mini e pequeno produtor.

É por isso que é muito importante esta Audiência Pública que está sendo efetuada aqui hoje pela Deputada Verinha Araújo, para vocês tomarem conhecimento dos programas que existem no Estado de Mato Grosso.

E nós precisamos alavancar esses investimentos sociais. Nós temos aqui duzentos e cinquenta milhões de recursos para repassar para o mini e pequeno produtor, fora o recurso do PRONAF, que Mato Grosso deve estar no *ranking*. Nós temos aí cento e oitenta milhões do PRONAF na cesta baixa, no Centro-Oeste, e Mato Grosso está liderando.

Esse programa que citei, o PESCART, eu vou colocar à disposição de vocês. Mesmo na elaboração do projeto, eu tenho certeza, tem o Sr. Adair, juntamente com o pessoal da EMPAER, que estão orientando na elaboração do projeto. A culpa hoje não é do Banco do Brasil mais.

Eu tenho percebido que o grande entrave está nos projetos, projeto mal elaborado.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR LINHAS DE CRÉDITO
PARA PESCADORES ARTESANAIS E PISCICULTORES, REALIZADA NO DIA 11 DE
OUTUBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

Às vezes você fala com o pescador: Olha, temos que elaborar um projeto. Ele fala: “Isso é burocracia. Isso é papel. Isso é...”

Não vamos pensar mais assim, não. Nós temos que pensar com um programa na frente, na elaboração de projeto. Isso é interessante. Nós não podemos mais, a sociedade hoje não permite investimento sem projeto. Tudo nós temos que pensar num projeto.

Então, eu peço o apoio de vocês, vou me colocar à inteira disposição na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural.

Eu não quero só financiar estocagem de soja, boi, armazenagem, instalações e equipamentos. Nós tivemos um bilhão de demanda nesse exercício de 2005.

Eu pergunto: quanto é que teve de pesca? Nenhum centavo na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural. Tivemos, sim, na Secretaria de Indústria e Comércio um projeto altíssimo, de quase 40 milhões, mas também foi o único. Empresas de fora. Daqui da nossa região não tem nenhum projeto.

O Carlos, do Banco do Brasil, está aqui, não quero estar falando do PRONAF porque acho que ele vai comentar alguma coisa.

Eu estou à inteira disposição para atendê-los no que for necessário no Programa de Pesca, que é o PES CART, principalmente na hora que vocês lerem... Gente, isso aqui é inviável, Dimas.

Nós podemos criar uma câmara técnica e levar sugestões para o Ministério da Integração Nacional juntamente com o CONDEL. A próxima reunião do CONDEL vai ser aqui no Mato Grosso, aqui no Pantanal, bem provável que na primeira semana de dezembro e acho que vai ser até no SESC Pantanal. Então, é interessantíssimo e importante levarmos para eles as dificuldades que vocês têm, às vezes, de acessar um programa desse nível.

Estou à disposição, podem contar com a Secretaria de Desenvolvimento Rural. Nós estamos fazendo um trabalho agora no interior do Estado de divulgação das linhas de crédito do FCO. Para quem? Para o mini e o pequeno produtor. O médio e o grande têm conhecimento de sobra. Ele sabe como é que busca esse recurso lá.

Agora, nós precisamos atender outro segmento, inclusive o pescador. Obrigado, gente (PALMAS).

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Agora nós vamos ouvir o Márcio Ely Gaio, Engenheiro Agrônomo da EMPAER, que está representando o Sr. Aréssio Paquer.

O SR. MÁRCIO ELY GAIO - Cumprimento a Deputada Verinha Araújo, a Mesa e todos os nossos amigos pescadores.

A EMPAER tem trabalhado na construção de projetos para a aqüicultura, principalmente com o pequeno produtor. Eu trabalhei em uma região de Poconé. E houve uma época que nós tivemos um desenvolvimento muito grande na construção de tanques e criação de peixe em cativeiro. Infelizmente, devido às leis ambientais nós tivemos alguns problemas. Estamos enfrentando-os ainda. Eu acho que todo pescador enfrenta esses problemas.

Eu quero informar que a nossa empresa no ano passado produziu mais de um milhão de alevinos de pacu e tambacu. Então, para este ano a previsão é de termos a piraputanga, o piavuçu, o corimbata, o pacu e também, se o meio ambiente, a SEMA e o IBAMA liberarem, nós vamos produzir o tambacu para criação em cativeiro.

Então, eu coloco o nosso escritório à disposição. Eu trabalho no escritório regional metropolitano, aqui, em Várzea Grande. Todos os escritórios da EMPAER, principalmente da Baixada Cuiabá, estão à disposição dos pescadores para que nós possamos fazer um estudo e ver a

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR LINHAS DE CRÉDITO
PARA PESCADORES ARTESANAIS E PISCICULTORES, REALIZADA NO DIA 11 DE
OUTUBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

viabilidade dos projetos que possamos desenvolver em parceria. Desde já, eu me coloco à disposição e todos os nossos colegas da EMPAER.

Nós já temos uma parceria muito boa com o Banco do Brasil, com a Secretaria de Desenvolvimento Rural, nossa antiga Secretaria de Agricultura. Então, nós temos procurado atender da melhor forma possível. Nós temos as nossas dificuldades, como todos vocês têm. Mas eu espero que possamos desenvolver uma parceria para que a pescaria, a pesca artesanal ou a criação do peixe em cativeiro... Vamos unir os dois para que nós possamos ter uma vida mais digna e um retorno muito maior. Muito obrigado (PALMAS).

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Agora, nós vamos ouvir o Sr. Carlos Alberto Vilela, que representa o Gerente de Mercado de Agronegócio do Banco do Brasil.

O SR. CARLOS ALBERTO VILELA - Em nome da Deputada Verinha Araújo, eu cumprimento a Mesa e todos os presentes.

Gostaria de dizer, Deputada Verinha, que o Olimpio pediu desculpas, porque, infelizmente, ele tinha outro compromisso e não pode estar aqui participando.

O Banco do Brasil tem recursos para atender tanto o piscicultor, o aquícultor, como também o pescador artesanal, e dizer que nós já atendemos bastante o setor de aquícultura.

Eu me lembro bem, eu sou Engenheiro Agrônomo, que na década de 90 nós trabalhamos na regional de Barra do Garças, ali no Vale do Araguaia, e lembro bem que analisei muito projetos de financiamento para a piscicultura e nós, via FCO, financiamos bastante. Mas da forma como o Sami mesmo relatou aqui, não tivemos muito sucesso nessa atividade. Naquela época, realmente, houve um excesso de produção, os preços foram muito baixos e a qualidade do produto não era boa, tanto é que muito desses financiamentos, às vezes, o pessoal até não pagou, mas depois veio a ser recompostas essas dívidas e o pessoal mesmo desistiu da atividade, foram poucos que ficaram.

Pelo lado da pesca artesanal, viu Sami, nós financiamos aqui, ainda em 2003, cerca de setenta e sete pescadores artesanais, ali na região de Rondonópolis, no município de Rondonópolis. Então, nós já temos esse trabalho de financiar e queremos continuar atendendo, tanto o aquícultor e o piscicultor.

Agora, o que nós temos que pensar bem, para não acontecer os problemas que aconteceram no passado, nós temos, sim, que desenvolver essa cadeia, que está pouco organizada, tanto os pescadores como o setor da piscicultura. E isso cabe ao Valter Santana que está fazendo um trabalho aí de estar identificando esses gargalos e está fazendo esse trabalho de procurar alternativas e como é que nós vamos estar atendendo esse setor.

Já foi colocado, em várias reuniões, a necessidade de se estar unindo, de estar sentando todos os setores envolvidos: o Governo do Estado, através da SEMA; a EMPAER; o SEBRAE; a Universidade Federal; os pescadores, os agentes financeiros, e estar definindo de que forma nós vamos fazer isso, porque nós, infelizmente, não estamos tendo demanda. Nós não temos demanda, não temos recebido projetos técnicos que sejam sustentáveis. Praticamente não temos demanda de nenhuma dessas áreas. Isso não está chegando ao banco.

Tiveram financiamento em Rondonópolis que infelizmente de 77 financiamentos que fizemos lá, numa situação muito favorável, não exigimos garantia, apenas o aval de um outro que estava fazendo financiamento, desses 77, 48 não pagaram, estão em atraso, ou seja, 63% de inadimplência.

Nós vamos continuar fazendo dessa forma? Nós temos que pensar de que forma vamos fazer, porque dessa forma como foi feita não queremos fazer mais, mas nós queremos atender o setor.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR LINHAS DE CRÉDITO
PARA PESCADORES ARTESANAIS E PISCICULTORES, REALIZADA NO DIA 11 DE
OUTUBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

Aí precisa sentarmos, conversar e definir como vamos fazer o atendimento. Nós sabemos que tem todo o problema da legislação ambiental. Esses projetos de pescador, temos que fazer projetos técnicos de 100kg de pescado. O que pode ser financiado com 100kg para dar capacidade de pagamento, o que se pode financiar. Será que esses projetos de Rondonópolis não foram mal planejados. Então, temos que sentar realmente, é urgente, isso não pode ficar mais só na conversa, porque vocês e nós também não agüentamos mais isso.

Nós fizemos também aqui, em agosto e setembro, um mutirão de divulgação das normas para os agricultores familiares, como eles podem estar acessando esses créditos. Então, nós estamos fazendo esse trabalho de divulgação também das linhas de crédito também.

Para finalizar, eu quero me colocar à disposição de todos que depois quiserem fazer algum questionamento. Nós estaremos aqui para tentar discutir esses problemas com o setor. Obrigado e boa-tarde (PALMAS).

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Com a palavra, o Sr. Paulo Henrique de Almeida, Gerente Regional do BASA.

O SR. PAULO HENRIQUE DE ALMEIDA - Boa- tarde a todos!

Eu quero cumprimentar a Mesa em nome da Deputada Verinha Araújo e, ao mesmo tempo, agradecer o convite para participar.

Como o Sr. Carlos Vilela já falou aqui, no Banco da Amazônia não foi diferente. Nós não recebemos propostas. Inclusive, no ano passado eu falei para a Deputada: Olha, estamos devolvendo seis milhões de reais porque não houve demanda. Esse recurso era para ser aplicado principalmente no grupo B, que atende os pescadores artesanais.

Eu gostaria de verificar com o Valter, que está aqui representando a Secretaria Especial de Pesca. Esse exemplo que o Sami colocou aqui é de suma importância para nós. Vocês viram que, primeiro, eles se organizaram para depois terem acesso ao crédito. Então, o Banco do Brasil já teve várias experiências negativas no Estado. Por causa de uma experiência dessa, não significa que o setor não presta. Foi mal organizado. Não por parte da instituição financeira. O pessoal não se organizou. Produziu e não teve para quem entregar o peixe. Aí o preço foi lá embaixo e não houve a demanda necessária dos consumidores.

Então, o Banco da Amazônia não tinha acesso aos recursos do OGU para aplicar com o PRONAF aqui em Mato Grosso. O Governo Lula assumiu e nos deu a oportunidade de operar com o OGU aqui em Mato Grosso. Antes nós operávamos somente com o FNO na região Norte do País. Nós não entendíamos por que não tínhamos acesso. Mas o Governo atual nos deu essa oportunidade. Pena que não tivemos o sucesso que gostaríamos de ter para repassar os recursos.

Então, hoje, eu já não tenho acesso a esses seis milhões de reais que eu devolvi no ano passado. Eu tenho que fazer uma demanda para solicitar que o recurso venha para cá. Não adianta falar: aqui a população é X e eu vou precisar de Y. Eles não vão repassar isso para mim se eu não estiver em fase de elaboração de projeto e que dará entrada no Banco da Amazônia.

Então, como o Carlos já falou, tanto o Banco do Brasil quanto o Banco da Amazônia estão dispostos a acatar propostas para, junto com a EMPAER, com a SEDER, com a Secretaria Especial de Pesca, desenvolvermos esse setor. Para vocês terem uma idéia, olhem o tamanho do Estado do Acre e o tamanho do Estado de Mato Grosso. Eles estão produzindo mais que nós. O Sami estava falando aqui que um produtor do Acre produziu dez milhões de alevinos, enquanto que a EMPAER produziu aqui um milhão. Então, há disparidade. Eles estão na nossa frente. Olha só quantos municípios tem o Acre. O Acre com 22 município, e Mato Grosso com 142. Então, a disparidade é grande demais, e nós temos condições de produzir quantas vezes o Estado do Acre, e o Acre produzindo muito mais do que nós.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR LINHAS DE CRÉDITO
PARA PESCADORES ARTESANAIS E PISCICULTORES, REALIZADA NO DIA 11 DE
OUTUBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

Então, eu agradeço aqui a presença do Sami, trazendo essa experiência vitoriosa lá do Acre, aqui, para Mato Grosso, e nós, como mato-grossenses, estamos nos sentindo assim meio que rebaixados na pesca, não desmerecendo o Acre, não que o Acre não mereça estar na nossa frente, mas é pela extensão territorial de Mato Grosso, e o Acre produz mais do que nós. Então, nós temos que repensar.

O Banco da Amazônia está à disposição para ajudar a Secretaria de Pesca para fazer essa qualificação, esse treinamento para os pescadores Vamos ser parceiros, sim, e vamos procurar fazer o recurso chegar às mãos dos senhores e das senhoras, porque são vocês os beneficiários desse dinheiro. Então, esse dinheiro está aqui nas instituições financeiras que é para chegar à mão de vocês para produzir.

Então, era isso aí. Meu muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Agora, vou passar a palavra para o Lindemberg, que é Presidente da Federação das Colônias de Pescadores.

O SR. LINDEMBERG GOMES DE LIMA - Eu quero agradecer a Deputada Verinha Araújo por esta brilhante iniciativa.

Eu acho que é um momento oportuno, Deputada, no sentido da intervenção da senhora para tentar achar uma solução para essa problemática.

Agradeço ao Dr. Valter Santana e a todos os componentes da Mesa, ao Carlos Vilela, ao Dr. Adair, ao Dr. Ricardo, ao Sami, principalmente, que me deixou um pouco curioso nessa situação do Acre, e aos pescadores de uma maneira geral, aos líderes de colônias de pescadores que estão presentes aqui.

Gostaria de deixar aqui, Deputada Verinha Araújo, uma justificativa, o porquê de outros presidentes de colônias não estarem aqui, principalmente os representantes das regiões de Cáceres, de Rondonópolis, de Santo Antônio - tenho aqui um representante, mas deveria estar toda colônia - Nobres, Rosário Oeste, São Félix do Araguaia. Infelizmente, nós estamos cansados de ouvir todas essas histórias e não achar solução, não ter uma luz no fundo para dizer: esse é o caminho e vamos seguir.

Estou dizendo isso como uma crítica e quero que considere essa crítica construtiva, porque nós tivemos reuniões em várias comunidades. Em todas essas comunidades que citei nós tivemos audiência pública. O Valter é testemunha. A última foi em Rondonópolis, inclusive com a ausência do Dr. Ricardo, que está aqui presente. Nós nos colocamos à disposição de Rondonópolis, porque nós tínhamos um corpo técnico contratado para desenvolver esses projetos em nível de federação.

E é oportuna, como registrei, a intervenção da senhora. A partir do momento que a senhora, na última audiência que tivemos aqui, se disponibilizou para estar interferindo, no sentido de estar procurando solução para esse problema é porque realmente o problema é crítico, porque nós ouvimos aqui o Banco do Brasil, o Banco da Amazônia e isso nós já ouvimos trocentas vezes e vocês também. E nós não achamos nada...

A EMPAER vem dizer que o trem está aí, que o negócio está aí, que o dinheiro está voltando para o Governo Federal e não tem recurso disponível para o pescador.

Mas aí eu queria, Sami, desculpe, fazer uma crítica em relação ao seu Estado e o nosso, porque vocês são privilegiados, quando você fala em malhadeira, quando você fala em apetrecho de pesca. Aqui nós temos uma lei ambiental - não sei se você tem conhecimento - que o pescador, e o Carlos colocou muito bem, tem um limite de 100kg por semana. É ridículo. No momento em que você pode pescar muito, não pode, porque a lei proíbe. Não é isso?

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR LINHAS DE CRÉDITO
PARA PESCADORES ARTESANAIS E PISCICULTORES, REALIZADA NO DIA 11 DE
OUTUBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

Ainda mais naquele momento crítico, Deputada Verinha Araújo, nós deveríamos ter uma reserva daquele pescado do mês passado para poder estar acudindo o momento crítico que não tem peixe no rio. Nós temos oito meses de pesca aberta dentro do Estado de Mato Grosso, quatro de piracema, e nesses quatro, miseravelmente, nós conseguimos pescar quatro meses, porque nos outros não têm peixe - e digam os pescadores se estou mentindo. E aí, quando você consegue pescar, muitas vezes, mais de 100kg, um fiscal vem e diz: “Você está errado. Está preso o seu produto.”

Por quê? Porque, Sami, existe uma visão do Governo do Estado, que não é do Sr. Blairo Maggi, mas que vem há muito tempo já, que restringe a pesca profissional no nosso Estado.

E nós louvamos a Deus por termos um Pantanal. Maravilhoso! Nós temos um berçário, Deputada, de todas as espécies vivas que existem no Pantanal que sustentam essas famílias de pescadores. Mas não podemos, também, crucificar o pescador como o grande vilão. A exemplo disso, nós temos aqui uma moratória de pesca por três anos, onde o Governo do Estado, com todo esse problema de desmatamento, de todos os impactos ambientais que o Governo do Estado, eu tenho a consciência, foi causador, quer descarregar no pescador profissional. Ele quer descarregar na pesca profissional. A pesca profissional é a grande vilã. Vamos parar com a pesca que vai resolver o problema do Pantanal. Resolveu, seu Gilbert, lá em Goiás?

Em Goiás houve uma proposta, Deputada Verinha Araújo, de fechar a pesca por três anos. Nunca mais abriu e nunca mais os rios de Goiás tiveram peixe. Então, a solução não estava na proibição da pesca profissional, mas, sim, nos impactos ambientais que os grandes formadores do Pantanal estão sofrendo, Sami. Essa é a problemática. E quando eu venho dizer que o Governo do Estado não está cuidando da qualidade de água, quem consegue beber água contaminada aqui? Com poucos dias ele vai para o pau. Não é isso, Carlos? O peixe, não, ele tem que viver, Gilbert, 100% que ele vive na água, ele tem que consumir essa água contaminada. Ele tem que sobreviver e tem que corresponder com os estoques. Tem que aumentar, aumentar, aumentar.

Além disso, Deputada, vem à questão das restrições. Esse é o grande problema, Sami. Eu fui chamado para uma discussão semana passada, Deputada, onde não se consegue... Quando eu coloquei que o Governo do Estado não tem peito para fechar a pesca em Mato Grosso alguém chegou e falou assim: “Tudo bem, não vai fechar. Mas vai ter restrições”. Ora, mais do que isso, Sami? Mais do que proibir você de pescar cem quilos por semana? Mais do que alguém dizer que Mato Grosso do Sul já tem uma carteira em nível estadual, que só ela vale, da SEAP? Tem validade, mas tem que ter a carteira do Estado junto. Mais do que o Governo de Mato Grosso do Sul dizer que a pesca no Pantanal está fechada e que Mato Grosso do Sul também tem que acompanhar? Eu acho que não dá para agüentar. E aí vem o grande discurso dos nossos políticos, em nível de Governo Federal, em nível de Governo do Estado, dizer o seguinte: “Tem fomento para a pesca”. Mas que pesca? Enquanto nós temos aqui - e eu quero que vocês fiquem firmes para ver se eu estou falando alguma bobagem aqui - armadores de pesca que estão lá há dois anos, Deputada, com seus barcos, que dão emprego para quarenta, sessenta, pais de família, que estão no Pantanal, que não têm condições, muitas vezes, de se locomoverem sozinhos, eles têm que se agruparem, eles têm que ter um armador de pesca, Valter Santana, que dá condições para eles estarem trabalhando lá no baixo Pantanal. Aí o armador de pesca, Deputada Verinha Araújo, vai ao Banco do Brasil, vai ao Banco da Amazônia e fala: Gente, eu preciso reformar a minha embarcação.

Sr. Januário, Sr. Tavares, o que eles falam? O Chicotão e o Goianinho que estão ali...

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR LINHAS DE CRÉDITO
PARA PESCADORES ARTESANAIS E PISCICULTORES, REALIZADA NO DIA 11 DE
OUTUBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

E são pessoas, Deputada Verinha Araújo, que graças a Deus dão sustento às famílias dessas pessoas que, muitas vezes, ficam noventa dias lá no Pantanal. Essas pessoas, esses armadores de pesca dão assistência à família deles, enquanto eles estão pescando lá. Eu acho que tinha que ser respeitado, principalmente, esse segmento.

Desculpe-me, senhores, se estou sendo grosso, se estou sendo ofensivo, mas são coisas que estão, muitas vezes, dentro da garganta deles e não conseguem, não tem oportunidade de falar.

Eu, como representante do Estado, estou falando porque estou cansado disso. Eu estou cansado de ver a EMATER falar: Não tem. A EMPAER: Não tem. Tem! Tem! Mas cadê? Como é que faz? Como é que se tem acesso a esse recurso, Deputada Verinha Araújo? É complicado. É complicado.

É aí que eu quero entrar na questão, quando nós vemos... E eu, sinceramente, quero dar aqui um depoimento meu: Eu não vinha nesta Audiência Pública, eu falei para o Gilbert, para alguns companheiros meus, porque estou cansado disso.

Mas nós temos, Valter, que considerar o outro lado da questão. Quando você vê uma pessoa, que é representante dos trabalhadores, tentando achar uma solução, nós temos que dar credibilidade, temos que sensibilizar e falar: Gente, será que essa é a última luz que tem? Esperamos que sim. Mas também espero, principalmente, que as burocracias - e aí eu falo enquanto crítico do Banco do Brasil, do próprio Banco da Amazônia e do próprio Conselho de Desenvolvimento Rural - no sentido de tirar essas burocratizações.

Recentemente, Deputada Verinha Araújo, eu levei um pescador aqui no Banco da EMPAER, na ponte nova, onde tem lá o Banco do Povo, não sei como é o nome lá, até ligou para o Carlos, e ele tinha um terreno que dava para fazer, Zé Viana, uma horta para poder sobreviver. Qual seria o intuito dele, a vontade dele? É produzir, principalmente na piracema, empregar o filho que estava com 14 anos, a mulher que não tinha emprego e ele continuar pescando, melhorando o nível social de vida dele, alguma coisa assim nesse sentido.

O Banco do Brasil falou: Não. Mas é PRONAF, é o PRONAF, é o PRONAF Rural. Ele está morando na região urbana, então, não tem acesso.

Então, eu vejo onde o pescador... Porque todo pescador aqui... Eu acredito que 15%, ou 20%, Deputada Verinha Araújo, ainda residem em regiões ribeirinhas. A maioria desse pessoal mora na região urbana, Valter. Então, é um problema seriíssimo. Eu espero que consigamos realmente ter uma solução para toda essa problemática. Obrigado (PALMAS).

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - O último que vai fala,r pela mesa, é o Sr. Adair, que é Presidente da Associação da Aqüicultura de Mato Grosso.

Desculpe-me, depois o Valter Santana, para encerrar e passar para as perguntas do plenário.

O SR. ADAIR MORAES - Eu quase não tenho nada a falar, mas quero agradecer o convite.

Cumprimento os companheiros da mesa em nome da Deputada Verinha Araújo.

Nós estamos na direção da Associação dos Aqüicultores de Mato Grosso, teríamos muita coisa a dizer, mas o tempo é exíguo.

Temos a informar que estamos com um trabalho junto com o SEBRAE e junto com a Secretaria de Aqüicultura e Pesca.

Estamos propondo, já elaboramos projeto e encaminhamos para treinamento, principalmente de técnicos, porque nós já notamos a deficiência de conhecimento de técnicos aqui

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR LINHAS DE CRÉDITO
PARA PESCADORES ARTESANAIS E PISCICULTORES, REALIZADA NO DIA 11 DE
OUTUBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

no nosso Estado, não só da extensão rural como técnicos de um modo geral. E esse treinamento de 30 técnicos é para darmos treinamento em termos de 300 piscicultores.

Nós temos uma estatística, embora não muito recente, de 2003, feita pela EMPAER, de que em Mato Grosso existem 981 piscicultores e esses 981 piscicultores, em 2003, produziram mais de 12 mil toneladas de pescado. Então, essa associação da qual participamos, comporta pessoas da cadeia produtiva do pescado. Nós temos desde fabricantes de ração, piscicultores, enfim, pessoas que trabalham em prol do pescado, do peixe.

Para vocês terem uma idéia, só em Cuiabá podemos dizer que tem duas indústrias de processamento de pescado, quatro fábricas de ração que produzem ração para peixe, enfim, estamos dando um pontapé, ou um reinício, já que o início da piscicultura, talvez, não tenha sido muito salutar no nosso Estado há cinco, dez anos atrás. E, agora, nós estamos com auxílio dessas instituições, principalmente o SEBRAE e a SEAP. Temos andado muito na SEAP querendo dar nova visão a uma piscicultura industrial no Estado.

Era isso que nós tínhamos a dizer, Senhores. Muito obrigado (PALMAS).

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Com a palavra, o Sr. Valter Santana, do SEAP, Mato Grosso.

O SR. VALTER SANTANA - Deputada Verinha Araújo, eu agradeço a senhora por estar incorporando, como já esteve, mas, principalmente, agora.

Em seu nome, eu cumprimento todos os nossos amigos da Mesa. E quero cumprimentar os nossos companheiros pescadores, não pescadores que aqui comparecem, os Presidentes de Colônias.

Muitas vezes, eles podem achar que nós estamos parados e não estamos ajudando para tentarmos resolver esse problema, que se chama problema da liberação do dinheiro. Mas alguns já estão entendendo. E nós não vamos parar com essa luta porque temos parceiros aqui que estão acompanhando a Secretaria de livre e espontânea vontade para levar a novidade do crédito a todo o Estado.

Eu quero dizer aos senhores, e vocês também já devem saber, que vários lugares do Estado não sabem que existe a Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca, que é uma Secretaria da Presidência da República. E quando nós chegamos, os Prefeitos diziam: “Eu queria falar com o Secretário de Agricultura do Estado de Mato Grosso”. Eu já mandei para eles várias cartas dizendo que eu não sou da agricultura e não sou nem do Estado de Mato Grosso. Não pertencço ao estafe do Estado. Vejam os senhores a importância desse trabalho, que agora eu vou dizer, dos companheiros: Banco do Brasil, nós temos o Lindemberg, o Dr. Adair, a EMPAER, o BASA já esteve conosco. Mesmo assim, existem órgãos do Governo do Estado que não conhecem a Secretaria Especial de Agricultura e Pesca da Presidência da República.

O Dr. Adair é da SEDER. Ele está sempre representando a SEDER nos nossos movimentos. Chegamos a Brasília, o Governador... Eu tive que informar para ele que um órgão do Governo do Estado está em parceria conosco, chama-se SEDER, e a SEDER estava representada pelo Dr. Odair.

Então, o que falta? Vamos separar em dois espaços aqui, porque, talvez, vou tomar mais um pouquinho do tempo acima desses cinco minutos, viu Deputada?

O que falta é isso, aqui, que aconteceu hoje. Eu acho que a partir de agora estamos com o Doutor, ali, que falou que está à disposição do trabalho, vamos à procura dele.

E agora, nós estamos sabendo e o Governo sabe que existe esse grupo em parceria, porque quando o Ministro esteve aqui, e a Deputada estava lá, quando nós tivemos um café da manhã, estavam reunidos Secretário do Meio Ambiente, da SEMA, e demais outras pessoas com

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR LINHAS DE CRÉDITO
PARA PESCADORES ARTESANAIS E PISCICULTORES, REALIZADA NO DIA 11 DE
OUTUBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

vontade de desenvolver o crédito neste Estado para pescadores e para aquícultores - isso foi discutido lá.

Esse momento agora que o Sami, viu Sami? Eu queria deixar você para fazer um agradecimento final, mas já vou entrar pela metade. O Sami trouxe para nós o que acontece naquele Estado dele. Lá, ele, graças a Deus, conseguiu, e o nosso amigo do Banco do Brasil já disse por que conseguiu e como conseguiu. Isso é luta, mas é luta que eu sempre falo para vocês, os pescadores que estão sempre mais em contado com a gente, eu digo a eles: Vamos unir, vamos trabalhar juntos, vamos juntar Federação, Presidente de Colônia e mais pescadores e levar esse barco para frente.

Está aqui o Nicássio, está aqui o Sr. Gilberto, que mais nós estamos seguindo, estão aqui os outros companheiros, está o nosso amigo de Barra do Bugres, está a minha representante de Poconé, está o representante de Barão de Melgaço, o representante de Santo Antônio do Leverger e mais outros que estão aqui. Eles sabem que nós estamos com essa luta há muito tempo para levar esse desenvolvimento e buscar esse dinheiro. Agora, por favor, senhores, vamos procurar juntos aquele setor ali.

Outra coisa, a respeito da moratória que foi citada aqui, o que eu vou falar aos senhores é o que aconteceu em Brasília, o resto que surgir aí, simplesmente, não deve ser levado no momento, não deve se dar o crédito.

Estávamos reunidos, em Brasília, com o Governador de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Mato Grosso do Sul propôs fechar a pesca; Mato Grosso propôs a moratória. A Secretaria não concorda, nem com o fechamento de pesca e nem com moratória. O Ministro foi enfático nisso. E o que aconteceu? O Ministro propôs, e foi aceito naquele momento em que estávamos lá, a criação de uma comissão para estudar alguns pontos, tais como a unificação das leis de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, problemas do jacaré no Pantanal, o problema da água no Pantanal, dos agrotóxicos e outros problemas que levaram os Governadores a pensar daquela maneira.

A Comissão não vai estudar moratória, porque moratória não é o princípio básico da discussão. Certo?

Explico para os senhores que a moratória não está no topo da discussão. Está na discussão o que levou os Governadores a pensar dessa maneira. Então, que os senhores fiquem tranquilos por um lado. Por outro lado, os senhores devem se organizar e procurar e federação, a confederação dos pescadores, reunidos com todos os presidentes de colônia a estar presentes agora que foi montada essa comissão. Por que? Eu não irei participar, por determinação de Brasília. Vai ser essa reunião de Mato Grosso, Governo de Mato Grosso e o setor de Brasília, encarregado da pesca artesanal.

Eu acho que vocês devem se organizar e procurar participar e saber o que está acontecendo, porque aqui em Cuiabá nós não podemos participar, porque nós temos outras demandas.

Quero informar isso aos senhores e dizer que a secretaria está aí. A casa é de vocês e eu acho que vocês já têm a porta aberta para entrar na hora que quiserem e sabem disso, e para criticar também. Nós estamos lá para receber, como se diz, as críticas e estamos aí para caminharmos juntos.

Eu me coloco à disposição e muito obrigado pela atenção de vocês (PALMAS).

A SRª VERINHA ARAÚJO - Com a palavra o Sr. Ricardo Alberto Schmitt.

O SR. RICARDO ALBERTO SCHMITT - Boa-tarde.

Obrigado pelo convite, Deputadas Verinha Araújo.

Boa-tarde pescadores.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR LINHAS DE CRÉDITO
PARA PESCADORES ARTESANAIS E PISCICULTORES, REALIZADA NO DIA 11 DE
OUTUBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

Eu fui convidado hoje pelo Presidente da Federação dos Pescadores, Sr. Lindemberg, porque antes nós tivemos uma conversa, e o Lindemberg falou em falta de crédito. Eu trabalhei durante três anos em uma empresa de assistência técnica particular. Eu me especializei muito nessa linha de crédito PRONAF A, B, C, D. Tive muito contato com o Sr. Carlos Vilela. Ele me falou: “Ricardo, o que nós podemos fazer? Porque o Banco do Brasil, hoje, oferece R\$1.000,00 para o pescador artesanal. Mas R\$1.000,00 ninguém quer. Além de R\$1.000,00 tem que ser um aval cruzado. Às vezes, um não quer avalizar para o outro”. Então, tem aquela grande dificuldade de se contrair o empréstimo. O Banco do Brasil, como Carlos Vilela falou, teve um grande problema de inadimplência quando emprestou esse dinheiro. Então, como o Sami falou, são gargalos que têm que ser rompidos.

Eu apresentei uma saída para o Lindemberg e, por sinal, ele gostou, que vou apresentar publicamente aqui. Existe um crédito de um programa do Governo Federal, que se chama Crédito Fundiário, antigo Banco da Terra. Com esse crédito você pode comprar a propriedade. Você tem um limite de até R\$40.0000,00 para comprar essa propriedade. Depois, você é enquadrado como agricultor de assentamento de reforma agrária. E você tem outro crédito, em seguida, de mais R\$18.000,00. Isso, sim, é crédito. Certo. Você joga em torno de quase R\$58.000,00 nas mãos.

Eu consultei o William, do MDA - a Deputada deve conhecê-lo - e falei: William, eu fiz a capacitação desse curso, no INCRA, desse programa que é gerenciado pela SEDER. Mas eu tinha uma dúvida: O pescador se enquadra, pode ser enquadrado como produtor? Aí ele ligou para Brasília e falou: “Pode sim, desde que ele tenha aptidão agrícola”. Conversando com Lindemberg e com vários pescadores: Não, quem aqui não sabe plantar um tempero verde para levar junto com o peixe na Feira do Porto? Tem todas essas questões.

Então, eu estou abrindo uma porta, conversando com o Presidente da Federação dos Pescadores, com outros pescadores, que eu acho ser plenamente possível. É um crédito, um volume maior que, realmente, resolve. Não é um crédito de R\$1.000,00. É a compra da propriedade, a construção da casa. Esse dinheiro é emprestado com até dezessete anos de prazo para ser pago. Eu conversei com o Sr. Xisto, Presidente da Colônia Z-1, e ele já formou dois grupos para eu capacitar.

Eu estou contratado pela Prefeitura Municipal de Cuiabá, como consultor.

Conversando lá no Porto, eles já providenciaram dois grupos na Baixada Cuiabana para capacitarmos esses produtores, esses pescadores para virarem aquícultores e também procurar o seu auto-sustento.

Está aqui uma idéia, não sei se nós podemos começar o trabalho com esses dois grupos, inicialmente, da Baixada Cuiabana. É fato e é real que nós podemos começar a desenvolver. É um trabalho que demora em torno de dois a três meses e vai ser desenvolvido em parceria com a Prefeitura Municipal de Cuiabá, porque é ela que me indicou para o MDA e o crédito fundiário para eu capacitar esses agricultores.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Nós vamos ouvir agora os companheiros que estão no auditório. O Sr. Belmiro, o primeiro inscrito, Presidente da Colônia Z-14; depois, nós vamos ouvir a Elaine, da EMPAER.

O SR. BELMIRO - Boa-tarde à Mesa, a Deputada Verinha Araújo e ao Sami, uma pessoa que nós já conhecemos e gostei de ter uma prosinha com ele.

Eu gostaria de fazer aqui uma simples pergunta ao nosso amigo do Banco da Amazônia, que falou que a linha de crédito está aí. Nós da Colônia Z-14 juntamos uma comissão, fomos lá falar com a Srt^a Bia, e ela nos informou que a linha de crédito era só para a Amazônia, Mato Grosso não tinha.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR LINHAS DE CRÉDITO
PARA PESCADORES ARTESANAIS E PISCICULTORES, REALIZADA NO DIA 11 DE
OUTUBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

Outra coisa, o Banco do Brasil diz que o dinheiro está aí.

Quero agradecer, pela primeira vez, ao Lindemberg pelas palavras que ele falou dos pescadores, porque nunca lhe agradeci por nada. Pela primeira vez, gostei de ouvir as palavras dele. Parabéns para ele!

Nós queremos, nós pescadores, pedir desculpa ao Presidente da Associação da Aqüicultura de Mato Grosso. Nós somos diferentes dos produtores de peixe. Nós somos diferentes. Aqui não tem um aqüicultor que não é rico. Qual aqüicultor que, morando aqui, tem seiscentas toneladas de peixe? Qual o pescador, aqui, que vai pegar cem quilos por mês? Quem vai pegar aqui mil quilos por ano, meu amigo? Por ano. Como é que podemos chegar no Banco do Brasil e falar: Eu quero fazer um empréstimo de R\$5.000,00? Não posso pagar. Com 1.000kg você não vai pagar. Como é que você vai comer? Como é que você vai sustentar sua família, seu filho ou sei lá mais quem e pagar ao Banco? Por isso que nós não temos. Quem é o culpado? Os pescadores? Vai dizer que é o Dr. Valter? Não é. Mas sim autoridades competentes do Estado de Mato Grosso. O Governo, ou o Prefeito, até mesmo o Deputado que faz a lei também, porque o Governador sozinho não vai. Se a Assembléia não aprovar o projeto dele, não sai. Como é que vamos...

Falam que o dinheiro está aí. Está aqui o Sr. Gilberto, lá de Barra do Garças, que está há mais de 5 anos tentando fazer empréstimo. “O dinheiro vai sair. O dinheiro está aí”.

Eu, há alguns dias, até brinquei com ele. Eu falei: Gilberto, com o perdão da palavra, o senhor vai morrer e o seu dinheiro não vai sair.

No Estado de Mato Grosso, somos mais de 5 milhões de habitantes e temos 6 mil pescadores. Não está nem computado. Temos 6 mil. Eu acho que não vai ser nem 6, vai ser 5 mil. Nós estamos aqui com um recadastramento que temos, como diz o povo, que tem pescador que não é pescador.

Olha, minha gente, em 5 milhões de habitantes, temos 6 mil, não é nem uma pontinha das pessoas que tem.

Portanto, eu queria que as autoridades olhassem para a nossa classe. Olhassem e falassem: “Essa é uma classe que precisa”.

Olhem para a cara desses senhores aqui. Olhem para o cidadão aqui que é lá de Santo Antônio do Leverger, sofrido.

Agora vamos olhar para as pessoas que têm 50 tanques, outro 100, outro 200, outro 300 e também eles não conseguem empréstimo.

Vocês acham que nós temos condições de alguma coisa?

Meus senhores, olhem para essa classe. Olhem, porque eles não têm condições de emprestar dinheiro, mas o voto dele vale, o voto dele vale, o voto dele vale. O voto de todo mundo vale.

Está ali o Sr. Tavarino. O Presidente da Federação falou que ele é armador de pesca. Ele leva 100, 200, 300 pescadores para o Pantanal para pescar. E ainda tem uma coisa: Se ele não passar para outras classes, para outra associação, não pode nem trazer o seu peixe. Com os pescadores daqui!

Nós temos que olhar e juntar toda a nossa classe. Vocês! Não somos nós. Vocês, porque talvez não sejamos unidos... Falam assim: A classe é desunida. Como a classe será unida se as autoridades não olham para nós? Como eles podem ser amigos desses? Como aquele outro pode ser amigo desse se a autoridade não está nem aí?

Ele é do Banco da Amazônia. Nós fomos lá, sentamos e falamos: Queremos falar com fulano. “Ah, ele está ali”. “Ah, não, é outro”. Entra aqui, sai ali: “Para vocês não têm crédito”.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR LINHAS DE CRÉDITO
PARA PESCADORES ARTESANAIS E PISCICULTORES, REALIZADA NO DIA 11 DE
OUTUBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

Eu gostaria que vocês, antes que saia o dinheiro, falem assim: “Vai sair o dinheiro para vocês”. Saiu o dinheiro, olhem para a nossa classe e façam assim: “Olha, nós vamos mudar essa lei de 100kg”. Aí eu tenho certeza de que, se eu chegar no Banco do Brasil e falar que sou pescador e pego 5.000kg por mês, terei crédito lá. Mas com 100kg, você não arruma lá um real. É verdade ou não é, meu amigo? É mais ou menos por aí.

Então, nós precisamos de ajuda governamental. Primeiro, para chegarmos onde está este aqui. Eu tenho certeza de que este ano, como já está acabando o mandato dos governantes, já está terminando, dinheiro será muito difícil.

Desculpem as minhas palavras, por estar me exaltando. Muito obrigado (PALMAS).

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - É isso aí, Belmiro.

Nós vamos chamar três pessoas e quem da Mesa for perguntado responde.

Com a palavra, a Sr^a Elaine Maria Pedroso Lemes, da EMPAER.

A SR^a ELAINE MARIA PEDROSO LEMES - Boa-tarde a todas as colegas pescadores, Deputada e todos aqui presentes.

Eu quero me apresentar. E acho que os colonos, os pescadores, já me conhecem. Inclusive, esse é o motivo da minha presença aqui. Eu já estive com eles em diversas reuniões do Conselho. O Lindemberg sabe do nosso empenho e sou eu quem vai acompanhar esse Projeto. Então, eu gostaria que vocês - e falo principalmente para vocês - acreditassem mais uma vez nesse projeto, porque vamos trabalhar com todo empenho, como já trabalhamos antes, para apoiar o Projeto.

Mas, como foi mensurado aqui, das dificuldades, do entrave, principalmente, na minha visão - eu estou falando na minha visão -, que foi discriminatório porque colocaram como se os pescadores fossem acabar com o peixe, que é pesca predatória. E acho que isso precisa acabar.

Eu ouvi a palavra do nosso colega lá do Acre e gostaria, depois, de ter a oportunidade de conhecer melhor o projeto, porque eu fico ali na Central, na EMPAER, na COPER, no apoio técnico operacional. Ali nós temos uma equipe técnica, que é multidisciplinar. Eu sou economista, mas ali na Central temos a oportunidade de conhecer as demandas de todo Estado. Nós temos condições de estar apoiando, realmente, esses projetos. Inclusive, de informação, a EMPAER assinou o contrato de parceria, de convênio com a Prefeitura de Cuiabá com a EMPAER.

A Prefeitura de Cuiabá assinou contrato com a EMPAER e com o INDEA. Por quê? Porque nesses contratos ela tem condições de ter as informações, a parte técnica, porque a EMPAER tem a pesquisa, o INDEA está também em todos os estados e a Prefeitura de Cuiabá, então, assinou um convênio. E, através desses convênios, nós conseguimos também ampliar o nosso número de técnicos, porque não temos como contratar técnicos e isso é uma dificuldade. Daí a necessidade das parcerias com as prefeituras.

Nós estamos sabendo já da possibilidade de trabalhar com o colega, uma idéia dele para ser colocada, podemos apoiar, também, participar. E acho que temos que estar estudando as opções, as alternativas possíveis.

O Projeto Crédito Fundiário é um projeto aqui no Estado, que tem possibilidade, como ele colocou ali, de construir casa e de ser maior o recurso. Então, é uma boa idéia e acho que nós temos que estar conhecendo a possibilidade desse projeto.

Era isso gente. Eu gostaria que vocês acreditassem. Nós temos os municípios, os escritórios locais, vocês procurem os escritórios locais, apresente a demanda, o que vocês querem estar financiando e nós, na parte técnica, vamos estar procurando apoiar esses projetos e ver as possibilidades, o que vocês querem fazer.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR LINHAS DE CRÉDITO
PARA PESCADORES ARTESANAIS E PISCICULTORES, REALIZADA NO DIA 11 DE
OUTUBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Elaine, esse escritório funciona aqui ao lado do Banco do Brasil?

A SR^a ELAINE MARIA PEDROSO LEMES - Não. Nós ficamos ali na Diretoria, na COOPER, na SEDER, nós estamos em conjunto com a SEDER e com o FCO.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Você que está responsável em fazer a elaboração dos projetos para aquíicultura e pesca, é isso?

A SR^a ELAINE MARIA PEDROSO LEMES - Não. É uma equipe técnica, como eu disse. Ali é o apoio operacional. Nós temos os técnicos que estão para apoiar os técnicos do interior, onde tiver dificuldade. É uma equipe multidisciplinar.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Então, no caso, Cuiabá já firmou convênio. Nós temos aqui, por exemplo, a Colônia de Várzea Grande, não tem ninguém da prefeitura e precisaria que a prefeitura de Várzea Grande também tivesse esse procedimento de dar esse suporte técnico para inclusive formalizar os projetos para que eles sejam enviados às agências de fomento. É isso?

A SR^a ELAINE MARIA PEDROSO LEMES - É uma alternativa. Mas nós podemos também, se a prefeitura de Várzea Grande não tiver o convênio, podemos estar fazendo o projeto com a EMPAER regional, que fica em Várzea Grande. Em cada município tem o escritório local.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Tudo bem.

Depois vou fazer uma pergunta nessa linha para o representante da EMPAER, aí eu posso ficar contemplada.

Com a palavra, o Sr. Januário Nascimento, terceiro inscrito.

O SR. JANUÁRIO NASCIMENTO - Boa-tarde, Deputada e mesa.

Primeiro, eu quero me apresentar aqui. Eu sou um proprietário de lancha pesqueira. O Sr. Valter me conhece muito bem, sou cadastrado aqui desde 1996 e é o segundo projeto que estou fazendo, porque no ano passado o meu projeto nem entrou no Banco do Brasil, faltou documento, faltava a DAP, porque não tinha quem assinasse a DAP para nós.

Este ano, no comecinho de junho, eu me dirigi ao Banco do Brasil e o João Batista mandou entrar em contato com o Sr. Carlos Vilela.

Eu falei com ele por telefone e ele me falou assim: “Januário, o dinheiro existe e vocês estão deixando de fazer os projetos.” Eu falei: Mas como fazer o projeto? Então, me dê uma dica, por onde eu devo caminhar para fazer esse projeto.

O senhor me respondeu no telefone: “Januário, a primeira coisa que você deve fazer é conseguir a DAP. Vai junto à Secretaria de Pesca, ou à Federação, ou à Colônia de Pescador.” Eu sou cadastrado na Colônia Z-11, de Poconé, trabalho no Pantanal. Ele disse: “Alguém tem que assinar essa DAP para você”. E ainda me alertou mais, disse: “Principalmente, eu acho que você deve procurar, já que você está por aqui, o Dr. Valter”.

Eu fui com o Dr. Valter, encaminhei o pedido. E ele me disse: “Você vai fazer por escrito, vai protocolar, dizer o que você quer fazer, você e quem mais, os companheiros”.

Eu fiz com o Dr. Valter, porque não tenho, eu não sou credenciado, mas eu vou pedir o credenciamento e há pouco tempo chegou o credenciamento. Não é isso, Dr. Valter?

Há poucos dias ele me assinou essa DAP. Só que nós fizemos o projeto, encaminhamos no Banco do Brasil de Poconé e tudo estava bem. Dizia-se que a lancha seria o bem em garantia e mais o cadastro da pessoa.

Eu não sou um capitalista, apenas trabalho. Eu tenho esse barco, um filho meu tem outro barco e trabalhamos com 10 pessoas cada um. Agora, depois de tudo feito, o Banco exige um

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR LINHAS DE CRÉDITO
PARA PESCADORES ARTESANAIS E PISCICULTORES, REALIZADA NO DIA 11 DE
OUTUBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

avalista idôneo, que seja também de Poconé. Nós, pescadores, não temos como arrumar um avalista idôneo. Eu não vou chegar em um fazendeiro, em um pecuarista, de Poconé e pedir um aval. Eu vou falar com um pescador, mas ele não tem conta no Banco do Brasil. Falo com outro parceiro e ele, também, não tem conta no Banco do Brasil e assim por diante. Então faltaram documentos, certidões. Há certidão que custa R\$60,00 para tirá-la. Eu nem tirei a certidão porque vou, primeiro, ver se eu consigo esse avalista.

Agora, eu gostaria de saber se realmente a pessoa precisa de todas essas garantias para fazer uma reforma. Eu estou reformando a minha embarcação. Eu não estou construindo. Eu estou reformando. É aquilo que eu passei para o Dr. Valter, que eu passei para o Lindemberg. Eles sabem que é uma reforma. Nós trabalhamos desde 1990 na região e até hoje eu estou com esses dois projetos. Eu acho que quanto a esses dois projetos nós ficaremos sem solução porque eu preciso desse avalista. Eu tenho avalista, mas é avalista da minha área. Gente que não é capitalista. Eu não vou chegar em um milionário e lhe pedir um aval. Ele, simplesmente, vai rir da minha cara. Então, eu não pedi.

Eu queria saber do senhor, Sami, quem pega financiamento no Acre? Quem são as pessoas? Quem são os pescadores? No caso de um lancheiro, um barqueiro como eu, tem acesso ao Banco?

O SR. SAMI PINHEIRO - No Acre, ele pega do pequeno... Eu faço um trabalho em prol desse pescador que está aqui, que é o menos favorecido, ao do seu tamanho. No Acre, para o lancheiro, para comprar outra embarcação, ou para reformar, só é preciso o aval de outro companheiro seu da pesca.

O SR. JANUÁRIO NASCIMENTO - Mas o Banco, nesse caso, não aceitou aval cruzado. Tem que ser individual.

O SR. SAMI PINHEIRO - Mas o companheiro do Banco do Brasil falou há pouco no aval cruzado.

O SR. JANUÁRIO NASCIMENTO - O valor? Dezessete mil e novecentos e sessenta reais é o valor do meu projeto.

O SR. SAMI PINHEIRO - No Acre, pessoal... O companheiro colocou aqui que na linha PRONAF é de R\$1.000,00. No Acre, o pescador artesanal, o mais simples, chega a tirar R\$18.000,00 e o maior R\$38.000,00. No Acre. Isso com várias operações. Não é uma, nem são duas.

O SR. JANUÁRIO NASCIMENTO - Essa lancha foi avaliada em R\$30.000,00, o valor desse barco. Ela é equipada com uma caixa, com beliche, casa de máquinas.

O SR. SAMI PINHEIRO - Quer maior patrimônio?

O SR. JANUÁRIO NASCIMENTO - Foi o maior patrimônio que eu apresentei.

O SR. SAMI PINHEIRO - O que você quer mais?

O SR. JANUÁRIO NASCIMENTO - Mas foi o Banco que exigiu mais.

O SR. SAMI PINHEIRO - Pessoal, abrace a idéia da Deputada Verinha Araújo. Se possível, eu estou à disposição, vou trazer gente de fora para elaborar projeto, aqui, para ela e, se possível, vou tentar alocar dinheiro para capacitar os técnicos de Mato Grosso, depende da demanda dela. Eu sou companheiro do Brasil, não sou do Acre.

Se for para ajudar esse público que está aqui, esse público de pescador artesanal, que é o meu público no Estado, meu público é vocês, pessoal. Aquicultura é sucesso. Agora, a pesca artesanal é discriminada no Acre também, mas, hoje, é sucesso devido às ações que nós fizemos no Estado.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR LINHAS DE CRÉDITO
PARA PESCADORES ARTESANAIS E PISCICULTORES, REALIZADA NO DIA 11 DE
OUTUBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

O povo tem que respeitar vocês. É que nem colocou lá o companheiro: Como é que vai ser organizado se não tem ninguém que olhe por vocês?

Está aqui o companheiro Valter, tem afinidade, se precisar tem eu e outros companheiros do país para chegar aqui e tentar fazer uma revolução, pessoal.

Essa lei aqui do Estado que prejudica a pesca, como colocou o Presidente da Federação aqui, existia no Acre também, só que as decisões têm que ser acompanhadas tecnicamente pelo Engenheiro de pesca, o pesquisador respaldado e com a comunidade que sobrevive de pesca. No Acre, só quem sobrevive de pesca é pescador artesanal, porque é a única pessoa que tira a pesca como sobrevivência. Turista, Doutor, Advogado, Policial não pesca no Acre, porque eles costumam dizer lá: Ah, não, eu estava estressado e estava pescando. Eu nunca vi um pescador artesanal estressando, operando alguém. E essa é a categoria, pessoal.

Eu sou do Acre e não tenho nada a ver com Mato Grosso, mas se não colocar essa realidade aqui no Estado, pessoal, vai entrar várias reuniões, como colocou aqui o Presidente da Federação, e chama de incompetência uma reunião para enrolar vocês.

Ou vocês têm uma ação positiva, ou vai ter essa, vai ter outra, vai ter outra, sai o Governador, entra outro Governador, sai o Secretário e outro Secretário. Entendeu? Aqui é uma ação pública, faça uma documentação, façam valer, pessoal. Essa é a ação.

O SR. JANUÁRIO NASCIMENTO - Eu queria aproveitar o senhor e dizer o seguinte aqui... Quero aproveitar o que o Lindemberg falou que nós já estamos cansados, já são três anos que estamos de reunião em reunião. O primeiro seminário foi no Cristo Rei, a senhora esteve presente, e daí para cá foram outros e outros seminários, outras e outras reuniões e até agora não saiu nada.

O senhor falou que ficou triste de ver o plenário vazio, que não tem pescador, e eu vou lhe dizer que é por causa do desanimo, porque ninguém mais está acreditando. Eu convidei pessoas chegadas a nós para vir aqui, o meu filho, inclusive, disse que não tem mais tempo a perder, que tem que correr atrás do que é certo. Isso aí é só conversa fiada, eu não vou mais lá. A minoria que veio, veio assim para fazer, como eles falaram: É a última luz que nós podemos estar enxergando aí.

Eu gostaria que, justamente, que houvesse uma definição de quem pode fazer e como deve ser feita essa situação, porque o pescador, realmente, não tem. Todos sabem que o pescador não tem capital. Então, ele tem que se valer de recursos próprios, ou entre eles, entre amigos, o aval cruzado. Aí poderá dar certo.

Agora, se for para ele buscar um recurso, um projeto com avalista, pecuarista, fazendeiro e coisa e tal, pode esquecer que não vai sair nada.

No mais, meu muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Sr. Januário, agora nós vamos passar aqui para quem foi questionado aqui responder e nós pedimos objetividade.

Veja bem, pelo o que eu compreendi, eu vou tentar resumir, porque eu sou professora e tenho mania de colocar didática. Pelo que compreendi nos vários depoimentos aqui está faltando, por parte das colônias, porque, do que eu vi aqui, cada colônia representa um coletivo de pescadores de uma determinada região. Eu tenho certeza que os depoimentos vão ser colocados aqui... Tem a demanda. Ou o companheiro está precisando do apetrecho, do barco, ou está precisando financiar um viveiro, etc., etc. Todo mundo tem necessidade aqui para apresentar para pedir o crédito. Então, a primeira coisa é cada colônia ter claramente qual é a sua demanda: se é uma demanda individual, se é coletiva, porque pode ser um pescador diferente da outra, mas pode ser uma demanda coletiva.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR LINHAS DE CRÉDITO
PARA PESCADORES ARTESANAIS E PISCICULTORES, REALIZADA NO DIA 11 DE
OUTUBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

Por exemplo, em Barão de Melgaço, o problema lá é o colocar o peixe no gelo, a câmara fria, entre outras coisas, esse é um exemplo, mas é uma demanda coletiva, é diferente de uma individual, como a do senhor que apresentou aqui.

Primeira coisa, demanda; segunda, projeto. Não adianta lá na colônia ter as necessidades, ter a demanda, se não colocamos no papel, se não potencializa, porque o banco não vai dar o aval, não vai dar o dinheiro, se não estiver no papel. Não adianta eu ir lá escrever um documento, fazer uma reivindicação, a Deputada levar no banco, se isso não estiver no papel do jeito que determinam as regras.

Segundo passo: projeto. Quem faz? Quem é o responsável? Eu queria que a EMPAER me respondesse.

Tem um grupo na EMPAER que recebe a demanda das colônias e organiza esse projeto no papel para os pescadores, individual ou coletivamente? Tem isso? Porque se não tem, a colônia vai ter que recorrer a quem? Ela vai ter que pagar um técnico, ou a SEAP tem um técnico que ela pode contratar e colocar à disposição das colônias de pescadores? É outra pergunta que faço.

Terceira pergunta: qual é o valor que o nosso pescador pode pegar, o artesanal, ou o da aquicultura? Até que limite? Quais são as garantias? É necessário ter garantia? Precisa ter aval, ou não? É aval cruzado? Como acontece?

Então, essas são as perguntas que, pelo que eu compreendi, estão aí para serem respondidas.

Vamos começar pelo Sami para ele responder como que ele enfrenta isso lá, pelas perguntas que já foram feitas.

Seja bem objetivo, porque nós ainda temos quatro pessoas e são 16:15 horas.

Fala, seu Januário.

O SR. JANUÁRIO NASCIMENTO - São seis lancheiros. Eu acho que não se pode perder mais tempo. Como eu estou dizendo para a senhora, eu já fiz dois projetos.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - O senhor?

O SR. JANUÁRIO NASCIMENTO - Eles também. Os companheiros lá fizeram também. Só que se o cara não tem garantia, não adianta fazer. Primeiro, vamos saber o que é preciso fazer. Vamos ser objetivos. O senhor está capacitado a receber, a Colônia está capacitada. Não vamos perder tempo. Nós temos essa corrida de carro, para cima, para baixo, vai atrás do projetista. Até o projetista desanima. “Olha, eu vou fazer projeto, ele não passa e eu não recebo nada. E daí?”. E fica aquela discussão, sem ânimo nenhum para se fazer.

Então, vamos saber primeiro se a pessoa tem, realmente, condições de fazer. Olha, você precisa disso, disso e disso. Você enquadra dentro? Beleza. Vamos fazer. Se não enquadra, não perca tempo porque eu já estou há dois anos correndo atrás disso e não consegui nada.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Outra pergunta aqui para a SEDER: se há necessidade das reivindicações, das demandas dos projetos das Colônias passarem por algum Conselho ou se pode ser direto entregue ao Banco. Se hoje tem que passar pelo Conselho para ser votado ou se as Colônias já podem encaminhar direto ao Banco, através da SEAP. A SEAP terá que responder também.

Eu vou passar a palavra ao Sami. Depois eu vou passar ao representante da SEDER, do Banco do Brasil, do BASA e da SEAP.

O SR. SAMI PINHEIRO - Pessoal, um dos gargalos aqui no PRONAF... Teve um companheiro pescador que disse que o filho dele queria fazer uma hortazinha lá, mas não podia porque era urbano e o PRONAF é exclusivamente para pescadores rurais.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR LINHAS DE CRÉDITO
PARA PESCADORES ARTESANAIS E PISCICULTORES, REALIZADA NO DIA 11 DE
OUTUBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

No Estado do Acre não é assim. 80% dos pescadores artesanais moram nas favelas e nas periferias da cidade. Raramente, você vê um pescador com casa de alvenaria. Então, é um público alvo.

Se você faz um folder desse, se você faz uma informação, para enganar, isso não existe, que a instituição esteja adequada à realidade. Dentre os pescadores, 80% são urbanos em qualquer parte do País. Ele é urbano em qualquer parte do País.

Outra coisa, a SEAP dispõe também, através de alguns parceiros, de recurso para contratação de técnicos. Através de ONGs, através do Governo do Estado, através do SEBRAE. É só o Valter fazer contato com o Governo do Estado, com o SEBRAE e com ONGs, que a SEAP aloca recursos para contratação. O SEBRAE do Acre alocou recurso, contratou técnico para ajudar o Governo do Estado que não tinha técnico suficiente. Então, depende muito da vontade das instituições. É isso que eu quero colocar.

A companheira da EMPAER... A EMPAER é do Governo do Estado?

Pois é, eu não entendo aqui como é que a EMPAER se comporta sobre o pescador artesanal.

No Estado do Acre, lá é SEATER - Secretaria de Assistência Técnica e Extensão Agroflorestal. Ela recebe toda demanda da pesca artesanal. Agora, como critério, o que nós fazemos para ajudar o Governo do Estado para que não haja esse gargalo todinho? Vai na colônia, vê quem quer ser financiado dos pescadores, faz um levantamento, pega o CPF dele, manda o Banco já analisar se tem algum empecilho, porque se tiver não pode ser financiado, tem que estar com o nome limpo, e traz que o Banco dá o aval, isso aqui pode ser, e nós mandamos para assistência técnica a elaboração de projeto.

Olha, tem que colocar na cabeça que o Governo do Estado, nessa Secretaria de Agrofloresta e Assistência Técnica, tem por obrigação, tem um setor que é de elaboração de projeto de planejamento, que é para ajudar o pequeno.

Hoje, qualquer ação de Governo do Estado, de qualquer partido que seja, é em prol do pequeno, o grande já tem. Esse Governo passou cem anos aí ajudando o grande, agora é a vez do pequeno.

Eu tenho certeza de que o Governo de Mato Grosso não é diferente, pelo que foi colocado pelos Secretários, aqui, não é diferente. Mas nós temos que ajudar, tem que instigar esse público, porque se não tiver condições com ações da Deputada Verinha Araújo, nós vamos trazer vocês aqui... Nós vamos trazer um cabra um mês para ficar aqui dentro e, primeiro, vou articular em nível nacional com o Banco do Brasil e o Banco da Amazônia - que o Presidente é do nosso Estado - para que credencie o povo lá do Acre para elaborar projeto para o pessoal de Mato Grosso.

E DAP, a Declaração de Aptidão ao PRONAF, o Valter foi agora nomeado pelo MDA e tem condições de dar. Sabe porque foi nomeado agente, chefe de escritório para resolver isso? Já para resolver os gargalos que tem aí. Você chega no Banco, você não tem a DAP, eu não vou lhe financiar. E o Banco tem que fazer parte dessas discussões para que essas coisas pequenas não cheguem a emperrar. Não adianta você nem fazer elaboração de projeto e tudo e chegar no Banco e o Banco parar.

Isso aí, pessoal, eu acho que é o que desgasta mais, não é nem o Governo do Estado. A instituição financeira, quando chega o projeto, devido a não ter ninguém da instituição financeira acompanhando o desenvolvimento desse trabalho, chega e pára.

É como o companheiro falou ali: chegou lá o projeto e parou.

Ou esse pessoal se afina, a instituição financeira se afina com a comunidade de pesca, com a instituição de pesca e com o Governo do Estado, ou não funciona, pessoal (PALMAS).

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR LINHAS DE CRÉDITO
PARA PESCADORES ARTESANAIS E PISCICULTORES, REALIZADA NO DIA 11 DE
OUTUBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

O banco tem que conviver com vocês.

Lá no Estado é assim. Ele pode ligar para o Joaquim, que é o Superintendente do Banco do Brasil no Acre, pedir ao Marcos, que é especialista em DRS e vir para o Mato Grosso.

O Acre não é diferente. Vocês são humanos e são público alvo. Está financiando. Vamos abrir agora, na região de Cruzeiro do Sul, numa colônia, 800 financiamentos para a pesca artesanal, até 38 mil reais. Tem gente que não precisa. Tem gente que não precisa desse teto. Tem gente que só quer 2 mil, o outro só quer 5 mil, mas temos o teto.

Eu financiei agora, antes de vir para cá, o Banco assinou, 30 pescadores de uma região lá, tudo no patamar de 18 mil reais, porque eles só queriam aquilo. Eles não queriam nem mais e nem menos.

Agora tem gente que gosta daquele pronafinho de 2 mil reais que tem até um bônus. Vocês pegam esse PRONAF e se vocês pagarem em dia, vão pagar 750 reais. É uma coisa para ajudar ao pequeno. Está aqui colocado. Isso é discutido no âmbito nacional e não está sendo executado no Mato Grosso. Por quê?

A Deputada Verinha Araújo colocou, vamos colocar todas as instituições aqui e vamos tentar afinar esse violino para que aconteça, senão vocês vão encaminhar o projeto, o Governo vai fazer o projeto e quando chegar na instituição financeira vai parar. E é isso aí. Tentem ver por esse lado.

Eu vou estar aqui até quinta-feira. Se as colônias precisarem discutir algumas ações que eu possa ajudar, pelo conhecimento que eu tenho, eu trabalho nas colônias de pescadores, eu vou estar à disposição, pessoal, de manhã, de tarde e de madrugada.

Hoje eu estive na colônia, acho que a Z-14, às 05:00 horas. Lá eu faço isso. Quando eu entrei na Secretaria de pesca, eu era da grossura do Valter. Eu tinha 85 quilos. Eu perdi 18 quilos nesse trabalho, pessoal, porque eu não como e nem durmo. E isso é vitória. Sabe por quê? Porque eu deixo de comer pensando na vida de vocês. Porque se não for assim não funciona. Quem tem não pensa em quem não tem. Pensem assim.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Agora, vamos ouvir o Carlos Vilela, do Banco do Brasil.

O SR. CARLOS ALBERTO VILELA - Sami, eu acho que você tem que ficar aqui para organizar o setor, porque o pessoal tem realmente que se organizar e o Banco do Brasil é parceiro e sempre estamos juntos. De todas as reuniões, nós participamos.

Agora nós temos que parar de discutir e partir para a prática, porque não adianta só ficar fazendo discurso, fazendo discurso bonito como você fez. E a organização do pessoal? Cadê os projetos? Cadê discutir como nós vamos fazer isso? Nós saímos daqui, amanhã todos já esqueceram, vamos dormir. Cadê a prática? Tem-se que formar. Já foi proposto se formar um grupo de trabalho para discutir e ver como serão feitos esses financiamentos. Tem que se fazer isso. Tem que se parar com o discurso e partir para a prática. Eu acho que você tem que ficar aqui que, com certeza, nós vamos conseguir fazer a coisa funcionar.

É o seguinte, primeiro, a questão dos pescadores que moram na zona urbana e mesmo aqueles horticultores, que têm uma pequena horta. Podem ser atendidos pelo PRONAF? Com certeza. Em todas as reuniões nós estamos falando que podem ser atendidos. Mas não é na agência do Banco que vai se definir isso. Onde se definirá é na assistência técnica, no Valter, na EMPAER, na Federação, que vai dar a declaração de aptidão. Sem declaração de aptidão não podemos operar com o PRONAF. Então, é lá. Não é no Banco. Vai à agência e a agência fala que não, que você não é beneficiário do PRONAF. Não! A obrigação de dar declaração de aptidão é da Secretaria Especial de Pesca, é da EMPAER, é das Federações e das Colônias. Eles têm que

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR LINHAS DE CRÉDITO
PARA PESCADORES ARTESANAIS E PISCICULTORES, REALIZADA NO DIA 11 DE
OUTUBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

identificar os produtores. E o INCRA, se for beneficiário do crédito de reforma agrária. É lá que tem que dizer. Porque, às vezes, as pessoas pensam que só o produtor rural pode ser beneficiário do PRONAF. Não. O urbano também pode ser, desde que tenha a DAP. E quem vai dar a DAP não é o Banco.

Como é que nós trabalhamos lá em Rondonópolis? Foi no PRONAF C. Aí tem que ver, essa declaração de aptidão que vai indicar: “Não, esse pessoal é dentro do PRONAF C, ou PRONAF D, ou PRONAF B”. É aí que se vai definir o valor do crédito. No PRONAF B o investimento é de R\$1.000,00, não precisa de garantia; no PRONAF C o investimento é de R\$6.000,00, custeio de R\$3.000,00; no PRONAF D o investimento é de R\$18.000,00, custeio de R\$6.000,00. Então, tem que ver. Mesmo no PRONAF E. Eu acho que o seu Januário deve ser no PRONAF D. Aí tem que ver.

(O ORADOR É INTERPELADO - INAUDÍVEL.)

O SR. CARLOS VILELA - Eu vou chegar lá, seu Januário. Só um pouquinho.

Como é que nós trabalhamos no PRONAF C? Fazíamos um grupo de quatro pessoas, ou quatro, de duas a cinco pessoas, uma avalizava a outra. Foi aval. Infelizmente, não tivemos sucesso. Nós confiamos no pessoal e o pessoal não está retornando, porque, de setenta e sete, quarenta e oito estão inadimplentes, 63% de inadimplência. Nós não podemos trabalhar aqui dessa forma. Acima de 2%, essa operação é risco do Banco. Acima de 2% já dá prejuízo para o Banco, porque a remuneração que o Banco recebe é muito pequena.

No PRONAF B não tem isso, mas nós temos que arrumar uma alternativa. Agora, o PRONAF D precisa de garantia, é crédito rural e nós temos que exigir a garantia.

Agora, qual que é? Vai ser analisado caso a caso. É possível? Eu vou verificar o caso do senhor, lá em Poconé, se de repente tem o aval de uma outra pessoa, de repente a embarcação servir para, se for possível, hipotecar, que no caso aí é hipoteca, se for possível hipotecar, vamos hipotecar, pode ser aceita sem problema nenhum. Agora, eu vou analisar o caso específico.

Eu não quero estar aqui discutindo caso específico de cada um, gostaríamos de discutir o problema coletivo, de todo mundo.

Então, eu quero que se forme um grupo de trabalho envolvendo o Valter Santana, a EMPAER, a UFMT, o SEBRAE, o SENAI, as federações, principalmente, para discutir como é que vai fazer esse financiamento. Será que vai ocorrer... Outro detalhe que nós temos que observar também: Será que o Governo vai decretar essa moratória? Não vai ser possível mais fazer a pesca? Esses projetos, com cem quilos de pescado por semana, vão dar capacidade de pagamento?

Então, tem que se sentar e discutir essas coisas aí. Nós estamos aqui exatamente para isso, para sentar, para discutir.

Há muito tempo eu venho falando para o Valter: Vamos sentar, vamos conversar com o Lindemberg. Infelizmente, não tem ninguém puxando o barco. Tem que alguém puxar a fila para organizar esse setor.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Paulo Henrique de Almeida, que é do BASA, tem uma pergunta que foi feita para você, que foi procurar o Banco e não foi atendido...

O SR. PAULO HENRIQUE DE ALMEIDA - Sobre o seu questionamento, a Bia disse que não tem recurso. Se falou isso aí, ela se enganou e eu peço desculpa aqui por ela, porque ela se enganou.

Agora, pode ser que ela não explicou, porque, às vezes, fala assim: Ah, não tem garantia, não tem recurso. O grupo B, que é o de mil reais, que eu não sei se vai atender vocês, esse

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR LINHAS DE CRÉDITO
PARA PESCADORES ARTESANAIS E PISCICULTORES, REALIZADA NO DIA 11 DE
OUTUBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

não precisa de garantia real, porque, igual o Sami falou, o teto é 25% de bônus, você pagando em dia. Esse de mil reais, para aplicação de mil reais, no ano passado, nós devolvemos seis milhões.

Sobre o PESCART, que é um recurso que vem do Fundo Constitucional, que o Banco da Amazônia não opera aqui, para se ter uma idéia, na região Norte, o Sami é testemunha, somente o Estado do Pará pegou quantos milhões, Sami?...

O SR. SAMI PINHEIRO - Duzentos e cinquenta milhões.

O SR. PAULO HENRIQUE DE ALMEIDA - Eu estou falando o seguinte...

Porque o PESCART nós operamos com o Fundo Constitucional e isso o Banco da Amazônia criou o PESCART, lançou, mas só pode operar na Região Norte, que é com recursos do FNO, que aqui é o recurso do FCO.

E o Dimas falou aqui que tem o dinheiro, 500 milhões, 51% disso é para o pequeno, está aqui e, segundo a SEDER, não houve a demanda. Isso não sou eu que estou falando. Eu ouvi aqui.

Então, como o Sami mesmo falou, não teve dinheiro do Banco da Amazônia, do PESCART, lá no Acre, porque só o Pará abocanhou todo o dinheiro.

Nós temos recursos do BNDES para a piscicultura, só que o juro é mais caro, é de 8,75%, até 150 mil reais, só que exige garantia real de 130%.

Sobre a DAP, como o Carlos falou, isso não é uma exigência do banco, é uma exigência legal. Isso está na legislação. Então, não é o Banco do Brasil, não é o Banco da Amazônia que está exigindo a DAP. Isso é legislação. Então, é obrigação de quem pode conceder, as instituições credenciadas que possam fornecer a DAP, que vão ter que fornecer.

O banco não vai dizer para você: Vá a EMPAER, vá a Federação, ou vá a SEAP para pegar. Aí é a afinidade que a sua colônia vai ter com essas instituições que possam fornecer a DAP.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Belmiro, vamos entrar, fazer o projeto e encaminhar o projeto para lá.

(PARTICIPANTE FALA DA PLATÉIA - INAUDÍVEL.)

O SR. PAULO HENRIQUE DE ALMEIDA - Então, é o que eu estou falando, hoje quem tem está conveniado conosco, com o Banco da Amazônia. Para elaboração de projeto no Estado de Mato Grosso é a EMPAER.

Agora, já que a SEAP, se ela for elaborar projeto, aí ela vai ter que fazer um credenciamento com o Banco da Amazônia.

O Sami disse que se propôs aqui. Agora tem que ver se a linha do financiamento enquadra dentro do que nós temos para o Estado de Mato Grosso.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Eu vou passar a palavra para o representante da SEAP/MT falar.

O SR. VALTER SANTANA - Eu só quero esclarecer uns dois pontos.

Parece-me que está tendo um suporte muito bom do Sami no Acre ajudando a fazer projeto. Eu não vou ajudar a fazer projeto porque eu não tenho competência para fazer projeto.

Agora, eu quero dizer aos senhores o seguinte: A SEAP fez um convênio agora. Sexta-feira foi o último prazo para uma ONG. E essa ONG firmou convênio com a SEAP para fazer projeto. E a EMPAER firmou convênio com a SEAP para dar assistência técnica aos pescadores. Então, essa é uma novidade de sexta-feira para cá. Então, nós estamos nesse convênio. Já facilitou que foi essa busca. Então, é parceiro. O que acontece? Vem uma verba destinada, eles contratam quem quiser, o técnico, para fazer esse projeto.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR LINHAS DE CRÉDITO
PARA PESCADORES ARTESANAIS E PISCICULTORES, REALIZADA NO DIA 11 DE
OUTUBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

Nos municípios, é com a EMPAER. Ele tem um convênio de verba... O valor da EMPAER é de R\$180.000,00. E com a ONG... A ONG fez um convênio de R\$60.000,00 para contratar dois ou três para fazerem o Estado todo. É pouco? É, mas já é um ganho.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Só uma coisa. Veja bem o pessoal das colônias que estão aqui. Já está sendo dito aqui que vai ter técnico para fazer projeto. Tanto da EMPAER... Vai ser passado R\$180.000,00 para a EMPAER, com R\$60.000,00... Depois, você fala dessa ONG.

Então, as Colônias têm que ver quem são, como faz para chegar lá e cobrar desse técnico para ir às Colônias ouvir os pescadores, suas demandas, para fazerem o projeto.

O SR. VALTER SANTANA - É isso. Isso não inviabiliza que a colônia, como já propôs o Presidente da Federação, eu fui testemunha disso, falar: Olha, eu tenho uma equipe para fazer projetos para vocês. Então, são grandes ganhos.

O SR. SAMI PINHEIRO - Pessoal, a Federação não pode projeto porque não tem ninguém cadastrado no Banco. Tem que primeiro se cadastrar no Banco. Não pode. Não tem esse poder.

O Governo do Estado tem esse convênio e está amparado. Agora, se for aparecer a Federação, a Colônia de Pescadores, tem que vir entrar em consenso com o Banco. Entendeu? Tem que ter esse cuidado.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Vamos terminar com o Valter falando. Depois nós vamos passar a palavra para quem da Mesa quiser falar.

O SR. VALTER SANTANA - É o seguinte: É preciso esclarecer bem essa situação do projeto. Nós estamos batendo numa tecla, aqui, que eu quero que depois, inclusive, nós façamos o fechamento dessa tecla, porque, na realidade, o que o Banco já falou é a situação do projeto.

Nós estamos levando o Banco em todos os lugares, estamos levando o Presidente da Federação em todos os lugares, estamos levando a EMPAER em quase todos os lugares, estamos levando a SEDER em todos os lugares com a mesma proposta.

Hoje, nós chegamos num denominador comum que eu acho que nós vamos ter que tirar essa situação. O entrave está em que, gente? Porque tem que aproveitar o SAMI que está aqui? Tem. Você vai aproveitar o Sami, que vai ficar até quinta-feira fazendo projeto ou auxiliando quem quiser aí.

Mas eu digo o seguinte: Hoje, que proposta a gente tira daqui? Eu ainda, Deputada Verinha, estou aqui preocupado, porque nós já estamos na mesma coisa. Um ganho que teve foi que a SEAP conseguiu contratar dois grupos técnicos, e outro é que o nosso amigo do Estado, da SEDER, disse que podemos procurá-lo.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - O Banco do Brasil financia?

O SR. VALTER SANTANA - Financia, e o BASA também. O que acontece?

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - O pessoal da EMPAER gostaria de falar? Lindemberg, quer falar?

O SR. LINDEMBERG GOMES DE LIMA - Eu acho que nós temos que escutar um pouquinho para entender. Eu não estou entendendo nada, porque o Sami, do Acre, disse que faz e acontece. Ele falou, inclusive, que o Valter tem que perder uns trinta quilos aqui para ... Então, ele está dizendo que o Valter não está fazendo nada. O que ele deixou claro aqui é que ele está fazendo lá e nós estamos no prejuízo aqui. Eu estou aqui para cobrar.

Agora, o que eu estou entendendo, aqui, de tudo isso aí... Eu acho que nós temos que colocar a cabeça, agora, no lugar e dar um crédito. Eu acho que o momento é este.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR LINHAS DE CRÉDITO
PARA PESCADORES ARTESANAIS E PISCICULTORES, REALIZADA NO DIA 11 DE
OUTUBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

Sr. Januário, Sr. Tavares, eu sei que vocês estão cansados, Chicotão, Goianinho, estão aí com um monte de projeto que nunca saiu do papel, os pescadores...

Alguém falou aí, Deputada Verinha Araújo, o que a Colônia quer. Não foi isso que a senhora... Parece que a senhora que colocou. O que é a demanda daquele município, daquela colônia? Nós já fizemos isso.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Fez como?

O SR. LINDEMBERG GOMES DE LIMA - Fizemos com as propostas dos pescadores, o que eles queriam, e, por incrível que pareça, Valter...

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Fizeram...

O SR. LINDEMBERG GOMES DE LIMA - Fizemos. Teve um acompanhamento da EMPAER, lá no município de Poconé, de Barão de Melgaço, de Cáceres, teve e, inclusive, eu sou chamado lá como mentiroso.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Lindemberg, você está dizendo que não entendeu nada.

Eu acho que se nós fizermos uma audiência aqui e falar que não entendeu nada...

O SR. LINDEMBERG LIMA - Não. Não. Eu não estou entendendo...

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - seguinte...

O SR. LINDEMBERG LIMA - Deputada, eu não estou entendendo...

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Companheiros que estão aqui: está claro para vocês que tem que apresentar o projeto no banco para pegar o dinheiro? Está?

O SR. LINDEMBERG LIMA - Está tendo um mal entendido aí.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Espera só um pouquinho, Lindemberg.

O SR. LINDEMBERG LIMA - Está tendo um mal entendido aí. Quando eu falei que não estou entendendo, Deputada, é porque, primeiro, aquilo que a senhora acabou de falar, na semana passada ela começou com um projetista e com a ONG que vai fazer o projeto e foi feito o convênio agora.

Nós estamos divulgando o PRONAF há dois anos. Há dois anos, Deputada. Nós estamos como mentirosos nos municípios.

Está, ou não, Capim, lá em Barão de Melgaço?

E a surpresa que nós tivemos lá, inclusive o Conselho de Desenvolvimento Rural do Estado, que o Valdivino lembrou ali, parece que o Conselho não vai intervir mais - não sei.

O Conselho, tudo para ele: "Aqui um barco não, porque isso vai depredar o rio".

A surpresa que tivemos em Barão de Melgaço, Cáceres e Poconé principalmente é que ninguém queria barco de pesca, queria alternativa de renda dentro da família, para desenvolver um nível social de vida melhora para eles. Essa foi a nossa surpresa.

Infelizmente, ficamos como mentirosos.

Agora nós estamos conformando que tem uma semana que a SEAP contratou um técnico, aliás, fez um contrato com a EMPAER e contratou uma ONG.

Agora, quando o Sami vem falar a Federação não tem capacidade de elaborar projeto, eu jamais coloquei aqui - não sei se estou falando grego aqui - que a Federação, tanto é que nós fomos buscar parceiros para desenvolver esse projeto...

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Lindemberg, só um minutinho.

Não foi isso. O que ele disse foi que se a colônia ou a federação não estiver cadastrada no banco para apresentar o projeto, o banco não analisa.

Não é isso?

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR LINHAS DE CRÉDITO
PARA PESCADORES ARTESANAIS E PISCICULTORES, REALIZADA NO DIA 11 DE
OUTUBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

A colônia pode apresentar...

(OS PARTICIPANTES DA MESA FALAM SIMULTANEAMENTE - INAUDÍVEL.)

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Então, espera só um pouquinho. Vamos voltar, porque hoje eu quero desatar esse nó, porque eu já estou enjoada de fazer audiência e um monte de coisa, chega lá na frente não resolve e tem dinheiro.

Eu não concebo um negócio desse. É incompetência deixarmos devolver dinheiro e não ter o projeto.

Foi colocado aqui que o banco só recebe projeto. O banco não recebe reivindicação, documento e projeto da colônia. Não é isso?

O SR. CARLOS ALBERTO VILELA - Projeto, com certidão de aptidão.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Foi colocado aqui que já está cadastrada uma ONG - eu quero o nome dessa ONG depois para divulgarmos e cobrar dela projeto - e a EMPAER para colocar técnicos à disposição das colônias da Federação para fazer o projeto.

Aí você colocou, Sami, que se não tiver cadastrado no banco, não recebe.

O representante do Banco do Brasil está dizendo que pode.

O SR. CARLOS VILELA - Só para explicar. Para ser fazer o projeto técnico tem que ser uma empresa credenciada no Banco. A EMPAER é credenciada. Agora, a ONG não pode ser credenciada para fazer projeto. Pelo que eu entendi do que o Valter falou...

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - E a Colônia?

O SR. CARLOS VILELA - A Colônia também não vai fazer projeto. A Colônia vai... Não vai fazer projeto mesmo porque...

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - E a Federação?

O SR. CARLOS VILELA - A Federação também não. Eu acho que está havendo alguma confusão. A EMPAER, no caso, é empresa credenciada e vai fazer. Ou outra empresa credenciada pode fazer.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Então, eu quero confirmar aqui. O Sami disse o seguinte: se o projeto chegar lá da colônia, da Federação...

Lindemberg, calma.

Está claro para os companheiros das colônias, da Federação, que o projeto lá no banco não é analisado porque ele não está credenciado? Está confirmado. Foi isso que ele colocou.

Quem está credenciado para assinar o projeto? É a EMPAER e a ONG, que eu quero o nome para depois poder divulgar o endereço e o telefone.

O SR. CARLOS VILELA - Mas a ONG não está credenciada conosco para fazer projeto. E não deveremos credenciar. Nós credenciamos empresas para fazer projeto.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - De quem vocês recebem projetos?

O SR. CARLOS VILELA - Da EMPAER e de outras empresas privadas que estão credenciadas.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Mas se autenticar a ONG?

O SR. CARLOS VILELA - Normalmente, não credenciamos ONG para fazer assistência técnica. Essa que o Valter falou é para fazer outros tipos de projetos, lá para o MDA.

Agora, respondendo a outro detalhe aqui, quanto à questão do Conselho Estadual. Quando nós fizemos os financiamentos do PRONAF C lá em Rondonópolis o Conselho Estadual criticou o Banco do Brasil por ter feito esses financiamentos. Diziam que estava aumentando a pressão para a pesca, que estava destruindo o meio ambiente. E nós fizemos de acordo com a legislação do programa que permitia esse financiamento. O PRONAF para pescador artesanal é para financiar barco, motor, estrutura de comercialização, câmara fria. Essas coisas. É para financiar isso

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR LINHAS DE CRÉDITO
PARA PESCADORES ARTESANAIS E PISCICULTORES, REALIZADA NO DIA 11 DE
OUTUBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

mesmo para o pescador. O PRONAF Pesca é isso. Nós estamos fazendo de acordo com as ordens. Agora, nós fomos muito criticados por termos feito dessa forma. Agora, depois nós deixamos de financiar, o Conselho falou... Só que ele não normatizou como é que tinha que se fazer esse financiamento. Então, decidimos voltar a operar e fazer esse financiamento. E já faz algum tempo. É só apresentar o projeto que nós estamos aptos a financiar.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Então, o Conselho não é mais impeditivo?

O SR. CARLOS VILELA - Não é mais impeditivo.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Está claro isso?

Agora, eu vou passar para o companheiro da SEDER, que deve querer falar. Depois, eu vou abrir ao Plenário (PAUSA).

O SR. CARLOS VILELA - Na reunião do Conselho, eu quero explicar ao senhor que o Banco do Brasil é um executor do PRONAF. Quem faz as normas é o Conselho Estadual. O Conselho Estadual falou na reunião, ficou registrado em Ata que não era para fazer daquela forma. Como é que nós vamos fazer uma coisa contrária ao Conselho, que é que legislava sobre isso? Como é que podemos fazer?

(PARTICIPANTE MANIFESTA-SE DA PLATÉIA - INAUDÍVEL.)

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Companheiro, espera só um pouquinho. Eu vou passar a palavra para você, só vou ouvir o representante da SEDER, mesmo porque o Conselho de Meio Ambiente vai ser reformulado. Ele, por enquanto, está desativado.

Então, passo a palavra ao representante da SEDER.

O SR. DIMAS GOMES NETO - Deputada Verinha Araújo, eu vou até aproveitar a oportunidade... Terminando a minha fala, eu gostaria de sair, porque acabei de receber - está aqui no meu telefone - um comunicado do Ministério da Integração perguntando dessa reunião e eu preciso comparecer também.

Eu vou estender o meu convite aqui aos senhores, e vocês determinem para mim um representante na Câmara de Política Agrícola de Mato Grosso.

Eu sou Coordenador da Câmara, e é importantíssimo ter um representante de vocês já que nós temos um programa de desenvolvimento no setor de pesca. Então, é esse representante que vai defendê-los lá dentro. São vinte e oito entidades que participam desse Conselho. Esse Conselho é que traça as diretrizes de política na aplicação do recurso do FCO. E por que não, num determinado momento, reservar parte desse recurso para o segmento?

Nós precisamos determinar uma pessoa competente que participe - toda quarta-feira tem reunião da Câmara de Política Agrícola - independente se é membro ou não do Conselho, titular ou suplente, os senhores também estão convidados para participar, toda quarta-feira na SEDER.

Eu só vou voltar um pouquinho aqui no teto máximo. Você sabe qual é o teto máximo do PESCARD? Quatro milhões e oitocentos, individual ou por associação. São quatro milhões e oitocentos.

Gente, sem projeto não passa nem pelo nosso Conselho. Não passa. Hoje, o nosso Conselho analisa uma carta-consulta, se ela for viável, ela é aprovada pelo Conselho, se não for viável, não passa pelo Conselho. Só para vocês terem uma idéia do tamanho da responsabilidade desse Conselho hoje.

Esse Conselho tem a responsabilidade de fiscalizar as operações junto ao Banco do Brasil hoje. Liberou recurso do FCO para uma entidade, esse Conselho vai lá e fiscaliza. Nós somos parte da responsabilidade da aplicação desse recurso também.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR LINHAS DE CRÉDITO
PARA PESCADORES ARTESANAIS E PISCICULTORES, REALIZADA NO DIA 11 DE
OUTUBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

Era isso o que eu queria passar para os senhores. Obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Agora vamos passar a palavra para o Sr. João Fernando.

O Sr. João Fernando Barros ainda está aí, ou já foi embora?

Pode falar seu João.

Depois falará o Sr. José Viana.

O SR. JOÃO FERNANDO BARROS - O que eu vejo na pescaria hoje, eu sou um pescador, o mais sofrido que nós vivemos sofrendo é tarrafa, rede. Entendeu? O que está acabando com a gente é isso aí.

Era só isso o que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Com a palavra, o Sr. José Viana.

O SR. JOSÉ VIANA - Deputada, quando o Lindemberg fala que não está entendendo nada, eu também não estou. Por quê? Porque nós já participamos de mais de 10 reuniões para poder chegar até esse financiamento, quando fala aqui que é para ser financiado rede, embarcação, motores, infra-estrutura, armazenamento, frízer, câmara fria, camaritas, transporte, caminhão, balança, caixa térmica, barracas e bancas para feira livre...

E nós procuramos o Banco do Brasil, procuramos o PRONAF Pesca - mais quem, Lindemberg, participou da audiência?

A meu ver, o maior entrave que nós tivemos foi o Banco do Brasil. Você me desculpa, porque eu tenho que falar. Por quê? Porque eu acho que quando nós estávamos procurando o caminho certo, buscando, porque nós temos um projeto, foi entregue na SEDER um projeto de assentamento, era 70% piscicultura, roça, criame de peixe, criame de galinha, um assentamento, uma vila de pescador. Compra um pedaço de terra... “Nossa! Mas que beleza. Esse projeto, amanhã está na mão de vocês.” O Banco do Brasil: “Não para isso aqui tem dinheiro, tem tudo”. Aí, quando o Superintendente do Banco do Brasil começou a falar como ambientalista, nos cortou e nos empurrou com a barriga. Nós fomos empurrados com a barriga. Por quê? Porque nós participamos de mais de dez reuniões tentando. “Ah, então vamos financiar vaca.” Não tem, não pode. A EMPAER também estava igual cego em tiroteio. Por quê? Não sabia como fazer para elaborar um projeto para nós. E agora vem falar que os Presidentes de Colônias não estão unidos, não estão organizados! Nós estamos com mais de cinco anos tentando buscar financiamento para pescador. Agora, nós viemos aqui e estamos sendo desmentidos. É bonito o rapaz do Banco do Brasil falar que tem dinheiro. É só levar projeto. Será que vai financiar?

Vocês me desculpem falar, é porque está engasgado. Eu já gastei muito dinheiro atrás disso aí. Isso aí ele não pode falar que é mentira porque estão aqui os meus companheiros que participaram na SEDER da reunião. Nós tentamos: Não, mas aí o Conselho não sei o que... O Banco do Brasil: “Ah porque vai encher o Pantanal de barco, vai encher o Pantanal de pescadores e não pode. A FEMA não quer”. A SEDER também. O rapaz do PRONAF Pesca também. É a mesma coisa. E nos venceu no cansaço. É por isso que nós estamos desacreditados aqui hoje. Entendeu? Nós estamos pensando: Será que é mais uma daquelas?

Então, gostaria que vocês tivessem paciência conosco porque nós já tivemos muita paciência. Estamos como mentirosos. Pescador já falou lá que nós pegamos assinatura para comprar vaca, para comprar porco. Está aqui o Lindemberg que foi lá mentir para nós, foi lá mentir que o dinheiro iria sair. E pescador falou que eu fui pegar assinatura deles para Lindemberg e eu pegamos dinheiro, que nós já pegamos esse dinheiro do PRONAF Pesca.

Eu gostaria que vocês fossem a cada colônia sentir o que nós estamos sentindo na pele, vergonha, como mentiroso, por esse PRONAF Pesca. Disseram que não precisa de Conselho,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR LINHAS DE CRÉDITO
PARA PESCADORES ARTESANAIS E PISCICULTORES, REALIZADA NO DIA 11 DE
OUTUBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

não precisa de SEMA, como o rapaz estava falando ali aqui, que vai ter que verificar a SEMA. Só que tem uma coisa, o Ministro falou aqui, se for colocar empecilho, se for precisar de Conselho, é para fazer um documento aqui hoje e mandar para ele: Olha, O Banco do Brasil não vai fazer porque precisa da SEMA, porque o Governador vai colocar uma moratória, porque a pesca vai fechar daqui a seis meses ou daqui a um ano. Se a pesca fechar e o Banco do Brasil já tiver elaborado os projetos, eu acho que quem fechou a pesca vai ter que arcar. “Olha aqui, nós temos uma responsabilidade, nós fizemos um financiamento”. Eu acho que tem que nos ajudar nessa parte, não ficar colocando que vai ter uma moratória e que está com medo de financiar. Então, quer dizer que se eu chegar com um projeto hoje no Banco do Brasil não vai financiar porque está com medo da moratória que vem aí.

Então, gostaria que nós saíssemos daqui com uma conclusão para depois chegar lá e falar para os meus companheiros, os pescadores, que estão sofridos lá, porque eu não estou aqui correndo atrás de dinheiro para plantador de cana que tem lá, porque esse não precisa. Esse aí, chegou no Banco do Brasil, é recebido lá no ar-condicionado: Vem cá, meu amigo, você vai cortar a fila. E lá, financia para a cana, que está acabando com os nossos rios, está desmatando, estão plantando cana até dentro d’água, financia motor de 250 cavalos para ir acabar com os cardumes agora na piracema, e ninguém vê isso. Não precisa ser passado pelo Conselho, por quê? Porque ele tem.

O rapaz lá diz: Eu quero financiar lá não sei quantas toneladas de agrotóxico para eu jogar lá no meu soja. O Banco do Brasil não vai ver se ele tem a licença da SEMA ou não. É só chegar lá: Aqui, meu amigo, leva aí.

Agora, quando é para financiar barco para pescador, tem que ter licença da SEMA, tem que ter licença não sei de quem, não sei mais de quem.

Então, eu acho que tem que respeitar o pescador e nós temos que saber defender o nosso direito, porque nós temos o nosso direito e temos que defendê-lo. O pescador tem que largar de ser humilde, tem que ser sem educação e fazer o quê? Invadir. Não quer fazer, nós vamos invadir, porque o Governo Federal está falando, aqui, que precisa só do CPF e do RG para chegar ao acesso. Não precisa avalista.

E nós estamos propondo fazer aval cruzado e até hoje não conseguimos. E agora, aqui, estou sendo desmentido, falando que pescador, presidente de colônia, federação não se organizou. Mais do que nós nos organizamos, aqui, para tentar esse financiamento e até hoje não chegamos a nada.

Então, eu gostaria de saber do Banco do Brasil o que é necessário, se vai precisar de avalista ou não, porque, amanhã, eu vou chegar lá, eu tenho que falar com os meus associados: Olha, eu tive numa reunião, eu tenho até que justificar, porque venho aqui com o dinheiro deles, estou aqui sem café e sem almoço para levar informação. E pelo jeito que estou vendo, eu vou sair daqui e chegar lá e falar: Não sei. O que resolveu lá? Não sei. Vai ter dinheiro para nós ou não vai?

Então, eu gostaria que respeitassem o meu direito, hoje aqui, para eu chegar lá, amanhã, e falar: Não, pessoal, o Banco do Brasil só vai liberar o dinheiro... O seguinte: Você avaliza para mim e eu avalizo para você, porque, senão, não sai, e pronto, acabou, para eu não chegar mentindo mais uma vez lá. Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Zé, eu tenho certeza de que vamos sair com um encaminhamento daqui.

Com a palavra, Sr. Domingos, Presidente da Colônia Z-05, de Barão de Melgaço.

O SR. DOMINGOS ANTÔNIO DE OLIVEIRA - Mais uma vez quero agradecer a Deputada Verinha Araújo, em nome de todos que compõem a mesa, agradecer aos amigos e presidentes de colônias, de todas as colônias de Mato Grosso.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR LINHAS DE CRÉDITO
PARA PESCADORES ARTESANAIS E PISCICULTORES, REALIZADA NO DIA 11 DE
OUTUBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

Nós, mais uma vez, nesta batalha. E quero falar ao Dr. Carlos Vilela, até porque tivemos várias reuniões com o Dr. Carlos. E, pelo que estou sentindo dele, eu o ouvi colocar Rondonópolis. Em toda sua fala ele colocou Rondonópolis.

Eu acho que nem todas as regiões são iguais, Dr. Carlos, e nem todas as pessoas são iguais, até porque, se lá não deu certo, em outras colônias tenho certeza de que pode dar certo. Nós estamos aqui buscando objetivos para tentar amenizar problema de famílias que precisam. Nós estamos, mais uma vez, batalhando.

Eu, como Presidente de Colônia, o que o nosso amigo acabou de falar, estamos envergonhados, até porque temos custos, principalmente eu, de Barão de Melgaço, nós só temos três ônibus, um de manhã, um ao meio-dia e outro à tarde. Às vezes a gente perde tempo, gasta dinheiro com hotel, com comida. A explicação que nós vamos dar, vamos ter que dar para os nossos sócios. Nós sempre viemos nessa batalha e está fazendo 3 anos e é a mesma coisa.

Então, temos que buscar uma solução, sim. Até porque nós, dentro de Mato Grosso, tenho certeza, somos oito mil pescadores e, financiamento, pelo que eu ouvi do Dr. Carlos, saiu para 70 pescadores de Rondonópolis e 40 não cumpriram com as suas obrigações.

Eu acho que de oito mil para setenta pescadores, quantos pescadores não foram beneficiados?

Agora, oito mil pescadores não têm culpa de quarenta, talvez, acontecer o que aconteceu com eles. Eu acho que nós temos que rever essas coisas e parar para pensar.

Eu também gostaria de hoje sair com alguma coisa em mão para passarmos ao pescador, o que ele tem que fazer: Vai ter aval cruzado? Você vai avalizar? Fulano vai avalizar você? Ou vai sair quatro em quatro, dez em dez.

Eu quero sair com uma solução para estarmos passando para eles, porque nós não agüentamos mais.

Vocês vão a reunião para quê? Para gastar dinheiro? A colônia está toda brecada. Ninguém tem condições de pagar até conta, energia e água. Agora nós estamos vindo em toda região e é a mesma coisa, não se decide nada. Nós hoje não agüentamos mais. Nós queremos uma solução. Se não tem dinheiro para pescador, não tem pessoal. Vocês vão quietar nos seus cantos, vão correr atrás de sobreviver da maneira que puderem. Não tem para vocês e pronto.

Agora, dentro de Barão de Melgaço não podemos ter piscicultura porque é uma região pantaneira. O ribeirão não pode fazer um tanque rede, um tanque para fazer a piscicultura. Você vai buscar outra maneira de sobreviver o Banco diz: “Ah, você não pode ter isso, você não pode ter aquilo, você não pode ter uma horta, você não pode plantar uma mandioca porque aí sai dessa classe, você não é pescador, você é”... Nós temos que ter uma solução. Até quando o pescador vai ficar nessa situação.

Muito obrigado a todos. Eu quero pedir desculpas por alguma coisa que falamos que veio a desagradar algumas pessoas, mas nós já estamos à flor da pele. Muito obrigado (PALMAS).

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Com a palavra, o Sr. Gilberto.

O SR. GILBERTO - Dr. Valter Santana; nosso amigo Sami, da SEAP do Acre; Deputada Verinha Araújo.

Permita-me a intimidade de lhe chamar de Verinha.

Eu quero cumprimentar toda Mesa e todos os pescadores, pescadoras, aquícultores e aquícultoras e simpatizantes que se fazem presentes.

Gente, quando o Lindemberg disse que não entendeu nada não me surpreendeu. Quando o meu amigo José Viana disse que não entendeu nada também não me surpreendeu. Eu

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR LINHAS DE CRÉDITO
PARA PESCADORES ARTESANAIS E PISCICULTORES, REALIZADA NO DIA 11 DE
OUTUBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

estou há nove anos Presidente da Colônia Z-09 de Barra do Garças e já participei, aproximadamente, de vinte e cinco reuniões. Aí eu lhes digo: Nunca saiu disto aqui. Nunca passou disto aqui. Infelizmente, eu tenho que dizer, ou, felizmente, eu tenho que dizer, é a primeira vez que nós temos uma mulher à frente da reunião. Eu quero até parabenizar a Deputada Verinha Araújo (PALMAS). Nós esperamos sair daqui com alguma coisa, porque eu estou cansado. Eu falei para o Dr. Valter, eu falei para o Lindemberg ontem: Eu estou cansado de reunião. Os meus cabelos esbranquiçaram nesses nove anos.

Se eu contar para vocês uma história vão dizer que é brincadeira. Sabem que agora, no dia 29 de fevereiro de 2006 eu vou fazer quinze anos. Pode sorrir. Eu nasci no dia 29 de fevereiro de 1946. Calculem. Eu só faço aniversário de quatro em quatro anos (RISOS). Nós temos que brincar um pouquinho, porque o negócio não é só levar para o estresse, não. O negócio tem que ser levado a sério.

Nós tivemos um seminário, há poucos dias, em Barra do Garças, onde tivemos a honra de receber a SEAP, o Banco do Brasil, o BASA, a Confederação, o Dr. Adair, onde a conversa foi bonitinha das entidades, deste mesmo jeitinho, só que nada saiu. Nada saiu.

O Banco do Brasil não disponibilizou tudo isso que disse aqui, mas até agora nada. Uns jogam para a EMPAER; a EMPAER joga para a SEAP; a EMPAER joga para o BASA. A do BASA foi a única que nos agradou, porque lá eles foram sinceros, ele falaram: Não. O BASA trem esse projeto, mas é para Amazonas, não para Amazônia Legal. Esse dinheiro só sai para Amazonas, não para Amazônia Legal. Quer dizer, Mato Grosso está fora. Nós estamos fora disso.

O Banco do Brasil, não, é só você fazer isso, fazer aquilo. Mas, infelizmente... Eu quero falar na presença do Carlos Vilela, que o nosso amigo Giovani almoça diamante, merenda ouro, toma café de safira e etc. Eu chego lá para falar com ele: Não, se me fizer assim, eu faço, se não fizer não tem nem conversa. É desse jeitinho que nós somos tratados, por quê? Nós não somos latifundiários, nós não somos pecuaristas, nós não somos grandes agricultores, nós não temos com o que garantir nada, eles querem garantia milionária. Quem é um pescador aqui que tem garantia? Tem, alguma coisa?

Se nós não tivermos a Deputada, se não tivermos a SEAP, se não tivermos outros órgãos para nos ajudar, não vamos a lugar nenhum. Não vamos a lugar nenhum, porque só é blábláblá. Eu já cansei, estou cansado.

O Dr. Valter sabe porque estou estressado. Eu estou há dois anos junto com o Dr. Valter com um projeto e um convênio em Brasília.

Quando o Ministro esteve aqui - eu já estou quase acreditando que vai sair de pauta ...

(A SR. VALTER SANTANA FALA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O SR. GILBERTO - a unidade demonstrativa do mercado do peixe em Barra do Garças.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - É um frigorífico?

O SR. GILBERTO - Não é um frigorífico, é um entreposto. Aí, o que é que nós fizemos? O Ministro falou: Não, para vocês só está faltando se adequar a sua planta, porque tem a questão da vigilância sanitária que não tem.

Eu gastei, só em planta, quatro mil e seiscentos reais, já está quase o preço do projeto. Quatro mil e seiscentos reais só em modificações, porque cada vez que o engenheiro vai assinar, ele me cobra oitocentos e cinquenta reais. Cada vez.

Dr Adair, gentilmente, saiu daqui e foi a Barra do Garças me ajudar, me ensinar a fazer tudo. Fiz, mandei uma cópia e ele falou: Oh, Gilberto, aqui está bom. Mande para Brasília:

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR LINHAS DE CRÉDITO
PARA PESCADORES ARTESANAIS E PISCICULTORES, REALIZADA NO DIA 11 DE
OUTUBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

Ah, não, eu quero que muda mais isto. Mudou. Acabou? Então, agora, chegou ao final? Chegou. De repente, chegou para mim: “Não, você tem que fazer esse atestado, mais isso, mais isso, mais isso...”

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Sr. Gilberto, conclua.

O SR. GILBERTO - Já estou concluindo.

Aí eu fiz. Agora, não! Já tem que inventar um projeto básico lá que nem ele sabe me informar o que é.

Gente, pelo amor de Deus! Deputada Verinha Araújo, quero concluir pedindo a senhora, por gentileza, convoque uma audiência pública em Barra do Garças, convoque todas as autoridades competentes que estão presentes, todas são competentes. Às vezes, ficam magoados com um e com outro, com a apresentação de um e de outro, mas não é magoado. Nós nos sentimos constrangidos.

Convoque todos para comparecer em Barra do Garças que eu garanto que, através do SEAP, vamos oferecer um cafezinho para todos lá e vamos locar o local para fazer essa reunião, para nós, mais uma vez, discutirmos, porque, quando nós discutimos aqui é uma coisa, quando discutimos lá é outra. Porque eu chego lá e falo o que eu ouvi aqui, eu não falei nada, eu não fiz nada, eu perdi o dinheiro, gastei o dinheiro da colônia e da associação.

Agora, se vocês vão lá para fazermos essa audiência pública é um respaldo muito grande, tanto para a minha pessoa como para os associados. Muito obrigado (PALMAS).

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - A Elaine é a última.

Nós estamos pedindo objetividade, por conta do horário, porque nós temos um limite aqui e eu tenho Sessão, para nós inclusive amarrar aqui na mesa o que vamos fazer.

A SRª ELAINE - Eu só gostaria de falar que na minha primeira fala eu disse que foi discriminatório pelo Conselho e que o entendimento lá também, vou colocar agora, era que o financiamento de barco ia acabar com os peixes no rio. Então, vamos ver se isso muda. E esse foi o entendimento também que impossibilitou também os financiamentos e a elaboração dos projetos.

Então, não faltou projeto. Foram feitos projetos. Naquela época os projetos foram trazidos, levados ao banco, e não houve possibilidade de financiar.

Eu tenho conhecimento, e queria que o nosso colega do Acre colocasse lá, que o PRONAF, onde não pega garantia é só o PRONAF do grupo B, onde é R\$1.000,00 por família. Então, esse é o PRONAF sem garantia.

Aí, se tiver outra linha, que os nossos colegas do banco possam ajudar também.

E eu quero reforçar aqui que por falta de projetos não foi, o que ficou faltando foi essa definição, principalmente dessa questão ambiental, porque eu acho que, pelo que está colocado aqui, o nosso colega fala, o PRONAF Pesca não tem nada a ver, porque não são vocês que estão depredando e acabando com o peixe no rio. Então, vocês não podem ser penalizados por isso. É nisso que eu acredito e vamos trabalhar dessa forma. Agora, como vocês vivem da pesca, eu acredito que mais do que nunca vocês querem preservar para que tenha o peixe, o pescado, porque é de onde vocês sobrevivem.

Naquela época, havia alguns projetos e eu falo que havia projetos porque passaram pelas minhas mãos projetos - e os nossos colegas ligavam da EMPAER perguntando. Eu falava: O problema é que o pescador não tem terra. Ele não tem documento de terra no nome dele. Então esse foi alguns dos problemas.

Eu quero colocar, Carlos Vilela, que participava do Conselho junto conosco, que a normativa do Conselho Estadual era de que não se financiasse barco, que seria questionado isso porque iria contra o meio ambiente. E foi colocada aqui a quantidade de pescado que vocês podem pescar. Então, eu acho que aí é que está o problema, não na falta de projetos (PALMAS).

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR LINHAS DE CRÉDITO
PARA PESCADORES ARTESANAIS E PISCICULTORES, REALIZADA NO DIA 11 DE
OUTUBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Vamos para o encerramento.

Eu acho que a grande angústia dos companheiros e companheiras que estão aqui é quanto o que fazer diante de toda essa constatação feita aqui. Parece-me que a SEAP já tem um encaminhamento sobre a questão técnica que o Lindemberg colocou aqui, agora. É verdade, Lindemberg. Infelizmente, levou-se todo esse tempo para resolver um problema que vocês estão há dois anos aguardando que seja resolvido. Mas não era somente esse o impeditivo. Nós tínhamos o problema de Conselho, da questão ambiental, que foi a trava.

Agora, não dá para sair daqui... Eu acho que foi bom o Carlos Vilela ter ficado aqui, que é do Banco do Brasil, para ele ouvir a angústia de vocês.

Tudo que você ouviu aqui, Carlos, é o que o pessoal passa dentro das agências. Estão todos cansados de colocar isso. Eu ouço isso em várias regiões. E não somente da pesca. É do PRONAF, da agricultura familiar, em muitas cidades. Isso nós vamos discutir em outro momento.

Eu queria saber dos órgãos que estão na Mesa o que nós podemos fazer imediatamente para coletar o que tem de projeto formatado, o que nós vamos fomentar para canalizar esses recursos que estão disponibilizados. O que fazer agora? Como dar uma resposta imediata àqueles projetos que já estão aguardando serem aprovados? Primeira coisa.

Segundo, nós vamos fomentar aqueles que ainda não foram transformados em projetos e disponibilizar esses recursos, o acesso a esses pescadores? O que nós vamos fazer agora, imediatamente?

Então, eu queria que a EMPAER se colocasse, que o Banco do Brasil se colocasse, o BASA. O representante da SEDER teve que sair, mas a EMPAER pode assumir por conta dela também e a SEAP/Mato Grosso.

Quem começa?

O SR. CARLOS ALBERTO VILELA - Só para reforçar antes de finalizar, é bem rapidão, aquela questão lá. Nós financiamos barcos e motores, Zé Viana, lá em Rondonópolis. Lá em Rondonópolis, nós financiamos barco e motor.

Então, essa questão de dizer que o Banco do Brasil impediu, não foi. Foi o Conselho Estadual que, nas reuniões lá, falou para o Banco suspender essas liberações aí. Então, nós não podíamos ir contra o Conselho, porque não normatizava a questão de aplicação de recurso do PRONAF. Só que depois mudaram a questão normativa, mas hoje o Conselho Estadual não normatiza isso aí.

Eu proponho aqui para o Lindemberg, porque ele é o maior interessado e está aqui representando os pescadores, que marque uma reunião entre nós, da Superintendência, alguns representantes de colônias, não todos, mas alguns, a EMPAER...

(PARTICIPANTE SE MANIFESTA - INAUDÍVEL.)

O SR. CARLOS ALBERTO VILELA - Não, não. Porque, de repente, sei lá, tem cinqüenta, precisa fazer uma reunião para discutir um assunto...

(PARTICIPANTE MANIFESTA-SE - INAUDÍVEL.)

O SR. CARLOS ALBERTO VILELA - Aí, o Lindemberg que define. Se ele quiser chamar todos e todos puderem vir, tranquilo.

Mas a SEAP, o Banco e a EMPAER, não posso falar por outra empresa de assistência técnica particular, mas a EMAPER, se puder participar, porque, no final, ela que vai elaborar projeto, fazer declaração de aptidão também, nós reunirmos e fazer uma discussão para ver como é que vamos fazer esse financiamento, se nós vamos exigir a questão de aval entre os membros do grupo, se vai ser outra garantia, ou como é que vai ser, como é que vão ser feitos esses projetos, que documentação vai ser preciso chegar ao Banco, para nós discutirmos. Viu,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR LINHAS DE CRÉDITO
PARA PESCADORES ARTESANAIS E PISCICULTORES, REALIZADA NO DIA 11 DE
OUTUBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

Lindemberg? Você pode marcar isso para a semana que vem, porque na quinta-feira e na sexta-feira não vou estar por aqui.

Gostaria de falar para o Capim, também, que, infelizmente - desculpe-me por estar chamando-o assim, mas foi o companheiro Valter que me falou... Mas é o seguinte...

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Carlos, sobre os projetos que já estão protocolados no Banco do Brasil para serem aprovados e encaminhar o recurso?

O SR. CARLOS ALBERTO VILELA - Eu acho que não tem nenhum projeto no Banco.

(PARTICIPANTE MANIFESTA-SE - INAUDÍVEL.)

O SR. CARLOS ALBERTO VILELA - Em Poconé? Esses projetos que tiverem DAP lá, eu fiquei de ver o do Sr. Januário, isso eu vou verificar lá.

(PARTICIPANTE MANIFESTA-SE - INAUDÍVEL.)

O SR. CARLOS ALBERTO VILELA - Isso. Eu vou ver lá em Poconé.

(PARTICIPANTE MANIFESTA-SE - INAUDÍVEL.)

O SR. CARLOS ALBERTO VILELA - Isso, antes de protocolar, eu vou definir aqui com o Lindemberg. Com essa reunião, nós vamos definir como é que vamos fazer isso aí. Nós vamos fazer só com essas entidades. Se, na reunião, sentirmos necessidade de chamar outra entidade, chamaremos.

Agora nós queremos contar com o apoio das federações, porque nós queremos emprestar e receber. Nós só vamos continuar dando crédito se recebermos. Não adianta... Nós não queremos conceder crédito só uma vez. Queremos conceder sempre e em volumes cada vez maiores. Agora, nós precisamos da contrapartida e aí entra o trabalho da federação, dos presidentes, das colônias, da SEAP, de estar informando para o produtor que ele precisa pagar esse financiamento. E aí nós vamos discutir isso, vamos ver uma nova forma para estar fazendo isso.

(PARTICIPANTE FALA DA PLATÉIA: “A maioria dos pescadores quer financiamento de 2, 3 mil reais, porque ele tem medo de pegar 10 mil.)

O SR. CARLOS ALBERTO VILELA - Isso. Com certeza vai facilitar darmos esse crédito.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Nesse caso, Carlos, de financiamento pequenos. No caso aqui nós temos várias colônias, onde seus pescadores gostariam de requerer esses recursos, o passo a ser dado aí seria já com SEAP, já que ela vai ter o técnico disponibilizado para fazer o projeto...

O SR. CARLOS ALBERTO VILELA - Não. Não.

Nós queremos sentar com o pessoal da colônia para definir como vamos fazer esses financiamentos.

E aí, Lindemberg, pode ser para a semana que vem?

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Vamos deixar a data marcada agora. Que dia?

(COMPONENTES DA MESA DISCUTEM.)

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Você fala na outra semana. Quarta-feira? Dia 19, às 14:00 horas.

Lindemberg, você não pode. Você viaja amanhã e volta só no dia 21?

O SR. CARLOS ALBERTO VILELA - Deixa para o Lindemberg fazer esse trabalho de coordenação, de marcar. De repente tem que ver também com os presidentes.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR LINHAS DE CRÉDITO
PARA PESCADORES ARTESANAIS E PISCICULTORES, REALIZADA NO DIA 11 DE
OUTUBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

O SR. MARCIO ELY GAIO - Esse final de semana também nós vamos juntos com o pessoal da SEDER para Alto Araguaia, na quinta-feira e sexta-feira estaremos por lá. Então, tem que ser antes de quinta-feira, ou senão na outra semana.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - E na terça-feira? De manhã? Que dia cai terça-feira depois do dia 21? Quem tem calendário, por favor? Que dia cai terça-feira, depois do dia 21?

Dia 25 de outubro, gente, pelo que está colocado aqui na agenda da SEAP e da EMPAER. Pode ser pela manhã, Carlos? Às 08:00 horas? Pode ser aqui? (PAUSA).

O SR. LINDEMBERG GOMES - Nós temos um problema. Nós temos Colônia que não tem condições de chegar na parte da manhã antes das 10:00 horas.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Então, faremos às 14:00 horas... Aí já tem problema com Barão de Melgaço. Aí é duro. (PAUSA).

Só que eu acho o seguinte, Lindemberg. Se nós misturarmos a questão...

O SR. LINDEMBERG GOMES - Nós temos um problema. É aí que eu quero elencar, porque nós temos que casar duas coisas.

Primeiro, é extremamente importante essa reunião para se definir a questão de linhas de crédito. Segundo, é a questão da moratória. Nós temos que traçar um plano de ação para essa questão.

A pergunta é: Será que daria para fazermos esse trabalho das linhas de crédito no dia 25 e no dia 26? Nós temos que fazer essa reunião. E aí seria uma reunião mais interna, Deputada.

Então, eu queria casar dia 25, terça-feira...

Não, Carlos. A proposta é fazer essa reunião para tratarmos das linhas de crédito, com a Mesa e mais outros participantes no dia 25 à tarde, e no dia 26 fazermos uma discussão interna. Essa é a proposta.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Só uma opinião. Para mim, discutir essa questão com o Banco do Brasil... Porque não podemos mais fazer outro debate para ficarmos aqui batendo boca. Nós temos que sentar com o banco para definirmos valores, aval, etc. Tem que ser uma reunião de trabalho. E tem que ser uma reunião com os representantes das Colônias, ampliada à Diretoria, e não poderá ser uma discursadeira, onde fica... Para mim deve ser uma reunião de trabalho. Por isso, nós temos que dirigir bem essa reunião, com objetivo.

E a questão da moratória, que é polêmica, tem que ter um momento específico. Porque se vocês misturarem, a imprensa virá, e vocês vão ter que discutir a moratória, porque a imprensa vai estar aí na reunião e vocês não vão atingir o objetivo que é discutir o financiamento.

Então, a minha sugestão é essa, que vocês façam à tarde mesmo a questão do financiamento, definindo o número de colônias, senão, vocês não vão conseguir fechar com o Banco do Brasil a operacionalidade; e, no outro dia, de manhã, vocês discutem moratória, que também é polêmico, e, inclusive, nós podemos chamar até os Deputados para vir e ouvir a posição de vocês.

O SR. LINDEMBERG GOMES DE LIMA - Eu acho extremamente complicado, Capim, uma coisa tem que estar ligada a outra. O pessoal direto está me queixando: Lindemberg, e o meu financiamento? O Sr. Tavares... Especificamente, o Sr. Tavares... Ele está complicado, Deputada Verinha Araújo, porque ele fez um financiamento pelo FCO, que é uma coisa que eu esqueci de colocar aqui, onde ele teve, inclusive, que colocar como bem, alienou como um bem de 350 mil reais para pegar trinta mil. Então, não tem linha de crédito para armador de pesca. Isso é uma coisa que se esqueceu de falar.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR LINHAS DE CRÉDITO
PARA PESCADORES ARTESANAIS E PISCICULTORES, REALIZADA NO DIA 11 DE
OUTUBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

Nós discutimos linha de crédito aqui e o Governo fecha a pesca agora dia 03 de novembro e não abre dia 1º de março. E aí, como é que fica essa situação?

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Lindemberg, isso nós vamos discutir depois. Não vamos misturar, porque, senão, vocês não vão dar um passo à frente.

O SR. LINDEMBERG GOMES DE LIMA - Mas eu acho que mais grave, hoje, é a moratória. Se nós pudermos casar para à tarde estarmos discutindo, no dia 25, a questão das linhas de crédito, e, no outro dia, discutir... Porque é difícil reunir esse pessoal de novo, é muito difícil.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Mas essa é uma questão que vocês encaminham. Vamos fazer no dia 25, Banco do Brasil, à tarde? Depois vocês decidem se vão discutir no dia 26 à tarde ou de manhã. Eu acho que não dá para misturar os dois assuntos na mesma reunião, porque, senão, não vai atingir o objetivo. Essa é a minha opinião.

(O SR. LINDEMBERG GOMES DE LIMA FALA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL)

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Vamos puxar para o assunto que nós estávamos encaminhando? A questão do crédito.

Fica esse encaminhamento de, no dia 25 à tarde, fazer a reunião com o Banco do Brasil para discutir o crédito. É isso?

Por que não pode ser aqui? Fazer aqui neste local?

Então, no dia 25 à tarde...

(O SR. CARLOS ALBERTO VILELA FALA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL).

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Tem que ser no máximo a diretoria da colônia, porque, senão...

O SR. MÁRCIO ELY GAIO - Na EMPAER, eu tenho uma sala pequena, um auditório pequeno que dá para funcionar, se precisar.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Aonde fazemos a reunião?

O SR. MÁRCIO ELY GAIO - Pode ser aqui na EMPAER, na Ponte Nova.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Na Ponte Nova. Tudo bem? Pode ser isso? Pode ser, Lindemberg?

Vamos agora ouvir, antes de passar para o Sami Pinheiro, não sei se o BASA, ou o Ricardo quer falar, o Valter Santana.

O SR. VALTER SANTANA - Só para esclarecer, não vou delongar mais, porque já estamos no finalmente.

A respeito dessa equipe técnica, representante da EMPAER, só para explicar o que Lindemberg falou, essa equipe veio para auxiliar, porque não saiam os projetos, Lindemberg: "Ah, fez agora a equipe, agora vai sair". Porque não saía. Aí o que aconteceu? Tem que ter gente credenciada. Então, a SEAP fez esse convênio que a EMPAER está auxiliando. Agora eu estou preocupado com essa ONG, assistência técnica rural que a EMPAER vai dar para os pescadores. Isso já está fechado.

E quero dizer que eu estava colocando à disposição aqui, mas já vai acontecer lá.

Senhores, a SEAP assina a declaração de aptidão para os senhores. Então, consigam outra assinatura com qualquer um credenciado, a EMPAER, qualquer um e vem que todo pescador vai ter crédito. Nós temos hoje que atingir a nossa meta de 1.500 PRONAF's neste Estado, foi liberado para a SEAP do Estado de Mato Grosso, se nós atingirmos 1.000 PRONAF's, vamos ficar muito satisfeitos, só que nós não conseguimos nenhum.

Até a próxima, se Deus quiser (PALMAS).

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Com a palavra, o Sr. Sami Pinheiro.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR LINHAS DE CRÉDITO
PARA PESCADORES ARTESANAIS E PISCICULTORES, REALIZADA NO DIA 11 DE
OUTUBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

O SR. SAMI PINHEIRO - Pessoal, fechando, quero agradecer também.

Toda a discussão colocada aqui na mesa, pessoal, não está tão difícil. O Conselho foi tirado de lado, conforme a palavra do pessoal da mesa, do BASA e instituições, a EMPAER é obrigada a elaborar os projetos de vocês, porque o Governo do Estado tem a obrigação de dar condições para vocês.

Procurem a EMPAER, porque ela tem técnicos para a elaborar projetos. A EMPAER tem técnicos para a elaboração de projetos? Tem. Pois é, pessoal, e está credenciada pelo Banco. Acabou o gargalo. Não deixem puxar para outro tipo de assunto.

A reunião aqui hoje era crédito, o gargalo do crédito. Quem está com os projetos já encaminhados, pessoal, não deixem enrolar vocês. Peguem esses Projetos. Qual é o gargalo do Projeto? É a DAP, é isso, é aquilo? Vamos resolver logo. Se sair daqui, pessoal, e já puxar lá para o dia 25... Cuidado! Lá no Acre se faz uma reunião com toda representação, com poder de decisão tirada na mesa. Vai chegar uma hora que vai começar a esvaziar, vão ficar dois pescadores aqui representando e não vai ser executada.

O Banco do Brasil do Acre não é diferente do Banco daqui. O Banco do Brasil daqui, de Mato Grosso, tem obrigação de ter um técnico para acompanhar essas reuniões das colônias. Lá é assim. Quando a demanda da colônia vem, o Banco já está sabendo porque o Banco tem um técnico acompanhando dentro das reuniões.

Façam essa pauta. Quando tiver uma reunião, façam um ofício. Lá no Acre tem um gerente que é só para resolver pesca. Agora, se misturar o gerente para atender pesca, atender outras coisas, ele vai atender vocês mal todas as vezes. Ou se abre uma pasta exclusiva para a pesca e tira aqui dentro... É o Superintendente que tem poder de decisão. Esse cara aqui... Nenhum gerente emperra nada. Se ele estiver afinado com o superintendente... Lá no Acre o superintendente me passa o seguinte, até o termo que ele usa, porque é de lá: "Sami, se algum gerente desses aí quiser botar boneco no pescador, me comunica". E ele trocou cinco gerentes que tinham essas idéias.

Se chegar a um consenso e não conseguir, tem que trocar esse povo, pessoal. Entendeu? Troca, porque tem gerente que ele faz a sua agência de outro Banco dele. É um Banco dentro do outro. Tem que trocar. Quando você vê o cara com cinco anos, seis anos, naquele local, já faz esse rodízio, cara. Não está produzindo. Aqui é a população que está pedindo. Vai ao Superintendente. Será que ele não tem competência de ver a demanda da população. Não?

Tem que ser assim pessoal. Porque se empurrar com a barriga vocês não serão atendidos. E olhem esse negócio de estar marcando reunião. Reunião em cima de reunião, eu chamo isso de incompetência. Uma reunião para decidir outra. Aqui, ele não é menino de recado. Ele é o Superintendente do Estado de Mato Grosso. Não é não? Não vê você? Não? Aí fica difícil.

O que o companheiro passou aqui é tudo verdade, pessoal. É isso aí. Ou manda alguém aqui com poder de decisão... Porque, senão, o cara toma uma decisão aqui e lá em cima demitem ele. Pessoal, todo esse trabalho que foi discutido aqui vocês fizeram. De uma forma ou de outra foi executado. O que está faltando? (PAUSA).

Pessoal, eu quero agradecer essa vinda aqui. Eu faço questão, na hora que a Deputada precisar para fazermos esses embates, se vocês quiserem todo o caminho que nós fazemos no Acre, eu estou até quinta-feira aqui no Estado, eu vou para as colônias para discutir com vocês. Faça, pessoal. Se não acontecer, pessoal, eu vou dizer em nome do Sami: detone as agências do Banco do Brasil, pegue o povo e quebra tudo, pessoal. Se não ouvir por palavra, ouve no pau. Lá é assim, se você tenta entrar em acordo e não quer, vai no pau, pessoal. Pobre só tem as coisas brigando. Entendeu?

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR LINHAS DE CRÉDITO
PARA PESCADORES ARTESANAIS E PISCICULTORES, REALIZADA NO DIA 11 DE
OUTUBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

No Pará, os policiais mataram não sei quantos sem-terra, foi quando começaram a ser ouvidos. Ou vamos para briga ou vamos ser meros batedores de pau e votar nesse pessoal de novo. Toma posição, pessoal.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Eu queria agradecer aqui a presença do Ricardo, do Paulo, do Sami, do Lindemberg, do Sr. Adair, do nosso companheiro da EMPAER, do Carlos e do Valter.

Gostaria de dizer que as angústias que foram colocadas aqui pelos pescadores são reais, elas são reais, são verdadeiras mesmo, está expressa aqui.

E aí, Carlos, eu sei que no final aqui - às vezes, o Sami já esperou um pouco, porque é uma forma dele atuar ou é forma como o pessoal, lá no Acre faz - mas aqui nós ainda vamos dar um crédito para o Banco do Brasil. Nós vamos dar um crédito, porque o Superintendente, o Banco do Brasil vai ter que entender que o povo, o pescador quer ter acesso ao crédito. Como disse aqui o Domingos: Não é muito não, são três mil reais. Não são nem os trinta mil que tem direito.

Então, eu vou acreditar, Carlos, que você estando aqui representando o Olimpio, que nós, realmente, sente, no dia 25, já definido tudo para que o povo não fique mais uma vez ouvindo mais uma reunião, mais uma reunião, porque está claro que tem dinheiro. Tem dinheiro. Está devolvendo dinheiro. Tem os técnicos e tem demanda. Então, está precisando liberar o dinheiro. É isso que está precisando.

E aí, eu acho que tem, por parte das colônias, que agilizar o que é de projeto... E o Valter está dizendo... Que dia esses técnicos já estão a disposição aí para ...

(O SR. VALTER SANTANA FALA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Semana que vê agora? Já está com vocês. O que eles tem que fazer? A colônia tem que marcar com o técnico para ir lá na colônia? É isso?

(O SR. VALTER SANTANA FALA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Já estamos com problema em Poconé.

(O SR. MÁRCIO ELY GAIO FALA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) -Então, a nossa sugestão é que a EMPAER faça uma agenda mascando pelo menos um dia para cada município.

Então, a SEAP, Valter, tem que organizar isso, porque no dia 25 já vamos ter quase duas semanas. Então, já vai dar para ter encaminhado muita coisa e não esperar o dia 25, já trazer os projetos inclusive.

Eu quero agradecer a todos. Nós saímos com alguns encaminhamentos, um, por exemplo, sobre a legislação na questão dos quilos, que vamos levar para a Assembléia Legislativa.

Eu estou pensando aqui de talvez articularmos uma oficina de formação para técnicos e isso seria uma coisa do nosso mandato, para nós estarmos pensando isso; o grupo de trabalho para encaminhar a questão do financiamento; Barra do Garças pediu uma audiência e nós vamos estar estudando, para que demos um tempo, depois dessa de hoje, para não ir lá repetir de novo o que falamos aqui hoje.

Então, espero que no dia 25 o Banco do Brasil responda essas angústias, Carlos. Está com vocês aí a bola da vez agora, para que não venhamos, mais uma vez, fazer uma reunião e o povo reclamar do Banco do Brasil.

Muito obrigada a todos e todas. Obrigada aos funcionários da Assembléia Legislativa por estarem aqui até agora (PALMAS).

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR LINHAS DE CRÉDITO
PARA PESCADORES ARTESANAIS E PISCICULTORES, REALIZADA NO DIA 11 DE
OUTUBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:
 - Regina Célia Garcia;
 - Rosa Antônia de Almeida Maciel Lehr;
 - Rosivânia Ribeiro de França;
- Revisão:
 - Laura Yumi Miyakawa;
 - Nilzalina Couto Marques;
 - Ila de Castilho Varjão.